

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

GABRIEL SILVA GOMES

**APOROFOBIA: A AVERSÃO A POBREZA COMO PROJETO DE PERPETUAÇÃO
DAS DESIGUALDES SOCIAIS**

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2023

GABRIEL SILVA GOMES

**APOROFOBIA: A AVERSÃO A POBREZA COMO PROJETO DE PERPETUAÇÃO
DAS DESIGUALDADES SOCIAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social

Orientador: Prof.^a Jamille de Lima Vieira

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2023

GABRIEL SILVA GOMES

**APOROFOBIA: A AVERSÃO A POBREZA COMO PROJETO DE PERPETUAÇÃO
DAS DESIGUALDADES SOCIAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Data da aprovação ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof.^a. Esp. Jamille de Lima Vieira
Orientadora (a)

Prof.^a. Esp. Cecília Bezerra Leite
Examinadora (a)

Prof.^a. Ms. Sheyla Alves Dias
Examinadora (a)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que
levam em seus corações a crença de um
mundo novo

AGRADECIMENTOS

Qualquer objeto ou realização de algo que seja construído na vida, não pode representar o trabalho de apenas um só indivíduo, mas a realização conjunta de uma série de indivíduos motivados por sonhos, desejos, ambições, etc. Por isso, se aqui estou hoje escrevendo esses agradecimentos, é porque em algum momento da minha vida essa construção não partiu apenas de mim, mas de pessoas que acreditaram na minha capacidade e que de alguma forma contribuíram para essa grandiosa realização. Dessa forma, acredito necessário deixar meus singelos agradecimentos a quem fez parte desse processo.

Gostaria de começar agradecendo a minha mãe Edlene por todo o esforço feito para que eu pudesse chegar até aqui, agradeço por toda dedicação posta na minha criação, me ensinando ser um homem digno, honrado, justo e caridoso, não me permitindo jamais abandonar minhas raízes. Acredito que essa conquista é nossa, pois, representa toda renúncia feita por mim, pela crença do meu futuro, mesmo quando todos diziam que eu não chegaria a lugar nenhum. Sou grato pela confiança e pelo amor reservado a mim.

Gostaria de agradecer a minha companheira, Mabel, que além de companheira foi uma grande amiga e confidente nesse processo, agradeço pela motivação durante minha caminhada, renunciando parte da sua vida e das suas dores, para caminhar junto a mim nesse ciclo. Sou grato pelas inúmeras vezes que preferiu ficar em silêncio renunciando sua tristeza para me motivar, erguendo minha cabeça, cuidando das minhas dores, acreditando no meu potencial e permanecendo ao meu lado incondicionalmente.

Não poderia jamais de mencionar em meus agradecimentos meu grande amigo e companheiro de luta, Sérgio Guedes, pessoa o qual reservo grande carinho e apreço, desde o início foi meu companheiro de estudos, um amigo que se tornou um irmão. Sou extremamente grato pelo apoio e pela confiança não só como companheiro de curso, mas como amigo também. Acredito fervorosamente que sem você esses últimos quatro anos não seriam os mesmos. Obrigado!

Gostaria de deixar registrado meus agradecimentos as minhas companheiras/amigas de turma Mila, Duda, Yasmim, Francineide, Érica, Laura e Greice, com vocês tive a possibilidade de vivenciar bons momentos e partilhar boas histórias, vocês mudaram a minha vida e com todas vocês pude de alguma forma

crescer como pessoal. Jamais esquecerei de vocês, pois, sem vocês tudo isso não teria nenhum significado. Gratidão a todas.

Por fim, não poderia deixar de agradecer ao professor Péricles Monteiro, por me mostra o quanto sou capaz e criativo e sempre deixar claro o futuro grandioso que eu poderia construir, para mim, o senhor foi um grande exemplo de profissional e de pessoa e que levaria durante toda minha trajetória profissional daqui para frente. Cecília Bezerra, agradeço por me mostra o caminho da prosperidade em suas palavras fortes, em seus ensinamentos e em sua postura. Jamais esquecerei seus cabelos vermelhos que para mim sempre representou a radicalidade e a liberdade, se hoje sou livre foi porque você transformou minha vida. Obrigado! Não menos importante agradeço a minha orientadora Jamille Vieira, por toda paciência e ensinamentos durante o período de estágio, foi bom poder viver várias novelas américas ao seu lado, agradeço de todo o coração por ter acolhido minhas ideias e contribuído para minha formação. Todo respeito e carinho por todos vocês.

EPIGRAFE

“É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade.”

Antônio Gramsci

RESUMO

Em uma sociedade permeada por desigualdades sociais, o cenário que se constrói é o da produção em massa de pessoas pobres, o pobre que é excluído e marginalizado pela sociedade, se encontra condenado e responsabilizado pela sua própria pobreza, mas, o que é necessário entender é; quais as razões que levam o desprezo ao pobre e porque este fenômeno é tão marcante na construção da sociedade brasileira. O objetivo do estudo é inserir a temática da aversão a pobreza como elemento corporificado da questão social. Os objetivos específicos procuraram discutir o conceito da aporofobia, buscando compreender como esse fenômeno social contribui para perpetuação das desigualdades sociais, objetivando apresentar uma construção material e histórica do processo de naturalização da aversão a pobreza. O estudo é caracterizado por um estudo bibliográfico de caráter teórico qualitativo, que está amparada por livros, artigos científicos, periódicos, oriundo de pesquisas qualitativas, com um teor exploratório da temática. Tratar sobre a aversão a pobreza ou ódio a pobreza se demonstra uma necessidade urgente, visto que o problema real de todo preconceito é ser tratado apenas como um declínio moral ou por uma causalidade da natureza, ofuscando assim as reais representações da vida material dos sujeitos. Tal urgência se acentua ainda mais em tempos onde o discurso da meritocracia e do ultra-individualismo nos faz crer na existência de um determinismo que representa o sucesso e o fracasso dos indivíduos.

Palavras-chave: Aporofobia. Questão social. Serviço Social.

ABSTRACT

In a society permeated by social inequalities, the scenario that is built is that of the mass production of poor people, the poor who are excluded and marginalized by society, find themselves condemned and held responsible for their own poverty, but what is necessary to understand is; what are the reasons that lead to contempt for the poor and why this phenomenon is so striking in the construction of Brazilian society. The objective of the study is to insert the theme of aversion to poverty as an embodied element of the social question. The specific objectives sought to discuss the concept of aporophobia, seeking to understand how this social phenomenon contributes to the perpetuation of social inequalities, aiming to present a material and historical construction of the process of naturalization of the aversion to poverty. The study is characterized by a qualitative theoretical bibliographical study, which is supported by books, scientific articles, periodicals, originating from qualitative research, with an exploratory content of the theme. Dealing with the aversion to poverty or hatred of poverty demonstrates an urgent need, since the real problem of all prejudice is being treated only as a moral decline or a causality of nature, thus overshadowing the real representations of the material life of the subjects. Such urgency is even more accentuated in times where the discourse of meritocracy and ultra-individualism makes us believe in the existence of a determinism that represents the success and failure of individuals.

Keywords: Aporophobia. Social issues. Social Service.

LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	12
CAPÍTULO I: O FÊNOMENO DA APOROFOBIA EM DISCUSSÃO	13
1.1 O conceito de aporofobia e suas representações no cotidiano.....	13
1.2 A indissociável relação da aporofobia e o serviço social brasileiro	20
CAPÍTULO II: O DIREITO AO BEM-ESTAR E O SERVIÇO SOCIAL	26
2.1 O trabalho como elemento ontológico do bem-estar.....	26
2.2 O serviço social e a luta pelo bem-estar	34
CAPÍTULO III: A AVERSÃO A POBREZA: UMA PATOLOGIA SOCIAL ENRAIZADA NA SOCIEDADE BRASILEIRA:	43
3.1 Aspectos metodológicos da discussão	43
3.2 Particularidades da sociedade brasileira e sua relação com os despossuídos	45
3.3 O discurso de ódio como instrumento de perpetuação das desigualdades sociais no Brasil	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade permeada historicamente por desigualdades sociais vivemos hoje um cenário que produz cada vez mais pessoas pobres, dentre estes se situa aqueles que para muitos estão invisíveis na nossa sociedade, aqueles que não tem nada a oferecer e por isso estão repletos de estigmas, o pobre que é excluído e marginalizado pela sociedade, se encontra condenado pela sua pobreza e sendo encarado como o culpado da sua própria pobreza, o que é importante salientar é; Quais as razões que levam o desprezo ao pobre? Porque a Aporofobia é um fenômeno tão marcante na construção da sociedade brasileira.

Assim, conhecer e compreender os elementos que constituem o sentimento de ódio ou aversão a pobreza como, entender as particularidades envoltas na realidade brasileira, compreendendo seu processo histórico dentro da realidade da formação dos grupos populacionais que compõem esta sociedade. Possibilitando que, ao redirecionar o olhar para essa temática, direcione-se também a construção teórica para o devido embasamento. Logo, possibilitando a construção de estratégias para mitigar conceitos preestabelecidos sobre tal tema.

Desse modo, essa produção tem por objetivo construir uma discussão acerca do que é a aporofobia, como ela se representa na sociedade, bem como suas expressões e particularidade dentro do contexto da realidade brasileira. No primeiro momento discutiremos sobre o surgimento do termo, como ele pode ser conceituado assim como e suas representações no cotidiano. Depois, discutiremos sobre o direito ao bem-estar a partir da representação do elemento constitutivo do ser social, o trabalho, como também a luta do Serviço Social para a construção do direito ao bem-estar dentro da sociabilidade capitalista, e por fim, traremos elementos ilustrativos e representativos da aporofobia na sociedade brasileira e suas formas de perpetuação das desigualdades sociais.

Assim, esta pesquisa objetiva explicar sobre uma temática que requer certa atenção, uma vez que se demonstra uma temática pouco apropriada no campo do Serviço Social e que necessita um olhar a partir das concepções da profissão. Para tal, trataremos no capítulo I sobre O FENÔMENO DA APOROFOBIA EM DISCUSSÃO e para isso, abordaremos o conceito do termo da aporofobia bem como suas representações no cotidiano; No capítulo II, tratamos do DIREITO AO BEM ESTAR E O SERVIÇO SOCIAL, com tópicos: O trabalho como elemento ontológico do bem-

estar e O Serviço Social e a luta pelo bem-estar. É por último, no capítulo III A AVERSÃO A POBREZA: UMA PATOLOGIA SOCIAL ENRAIZADA NA SOCIEDADE BRASILEIRA é trazido os aspectos teórico metodológico empregado; em seguida são trazidos elementos que correspondem a particularidades da aporofobia na sociedade brasileira e sua relação com os seus despossuídos e como o discurso de ódio é utilizado como instrumento de perpetuação das desigualdades sociais no Brasil.

Portanto, a pesquisa busca contribuir socialmente para a construção de leituras que versem sobre o assunto, objetivando dar mais visibilidade para a temática dentro do campo do Serviço Social, além de resgatar para os sujeitos dessa pesquisa o reconhecimento da sua importância na sociedade buscando contribuir de alguma forma para a construção de uma sociabilidade mais justa e solidária.

CAPÍTULO I: O FENÔMENO DA APOROFOBIA EM DISCUSSÃO

1.1 O conceito de aporofobia e suas representações no cotidiano

Quando traçamos um panorama que possibilite a identificação das problemáticas do mundo moderno procuramos sempre dar nomes a estes acontecimentos, fazemos isso pois é uma ação necessária para conseguirmos identificar tão facilmente os significados daquele contexto, mesmo que essa ação, se demonstre um exercício para apreender de forma prática seus significados e suas representações, o seu conteúdo ainda assim se apresenta de forma complexa, pois, a vida cotidiana exige das palavras a praticidade mas não advoga a totalidade como objeto de compreensão de seus significados, isto é, sua representação no cotidiano.

Na obra “Aporofobia, el rechazo ao pobre: um desafío para la democracia” a professora de Ética e Filosofia Política da Universidade de Valência, a espanhola Adela Cortina¹, apresenta um termo o qual representa a síntese do sentimento de aversão ou ódio a pobreza. Dessa forma, Aporofobia, como palavra, tem seu

¹ Adela Cortina Ort, nasceu em 1947, em Valência, Espanha. Formou-se em filosofia na Filosofía y Letras da Universidad de Valencia. Foi professora do liceu até receber uma bolsa de pesquisadora que lhe permitiu frequentar a Universidade de Munique e de Frankfurt, onde teve contato e foi influenciada pelo pensamento de Jürger, Habermas e Karl-Otto Apel. Foi professora de Filosofia Jurídica Moral e Política até 2017. É membro da Comissão Nacional de Reprodução Humana Assistida e Vogal do Comité Assessor de Ética de la Investigación Científica e Tecnológica. É diretora do Mestrado e Doutorado em Ética e Democracia da Fundação Étno. Recebeu o Prêmio Internacional de Ensaio Jovellanos em 2007 e o Prêmio Nacional de Ensaio em 2014.

significado enciclopédico – áporos (pobre), fobia (medo), que se compreende assim como um determinado medo ou aversão a pobreza, entretanto, o que seu significado não traz a primeiro momento é, como a aversão ou ódio ao pobre se representa como uma construção na sociedade e na vida cotidiana e porque esse fenômeno social se mostra tão marcante e tão pouco evidenciado nas relações sociais. Para isso, nada mais importante do que trazer a luz, a contextualização do surgimento do termo.

Em 1º de dezembro de 1995, numa publicação de uma coluna que fazia referência a uma Conferência Euro-mediterrânea a qual ocorreria em Barcelona, e que pretendia trazer à luz temas como a imigração, o terrorismo, a crise econômica e o desemprego, considerados assuntos de relevância aos países do mediterrâneo, que a filósofa espanhola Adela Cortina cunhou o termo “aporofobia”, onde no seu entendimento, diferente de outros especialistas que consideraria estes fenômenos acometidos pelos países mediterrâneos como uma causa do racismo, da xenofobia e do fundamentalismo religioso, para a autora tais fenômenos partia do pressuposto que na base de todos esses problemas, estaria sempre um tipo de rejeição, aversão e medo que direcionava-se aos pobres.

Para Adela Cortina dar nome a esse fenômeno social era urgente, pois, assim seria possível diagnosticá-lo com maior precisão e daria possibilidade para propor tratamentos efetivos. Sendo assim o processo de tal fenômeno o colocaria no espaço de discussão que segundo a autora era uma ação necessária:

Precisamente por isso, o diálogo de fins do século XX devia se ocupar de um tema tão urgente como o de incorporar os necessitados no proveito do que por nascimento lhe corresponde, no proveito de uma vida material e culturalmente digna. (Cortina, 2020, p. 37)

Para compreender de forma sucinta o significado da aversão a pobreza a autora constrói um panorama que se contrapõe ao defendido pelos especialistas quando trataram de evidenciar as perseguições dos europeus aos imigrantes, a grande questão que surge é que para estes especialistas isso se trata de um processo de xenofobia, entretanto para autora essa repulsa pelo diferente que é característica da xenofobia não assomete grupos sociais que trazem benefícios econômicos para os europeus, ou seja:

Não são repugnantes os orientais capazes de comprar equipes de futebol ou de trazer o que, há algum tempo, se chamavam de “petrodólares”, nem os futebolistas de qualquer etnia ou raça, que cobram quantidades milionárias,

mas são decisivos na hora de ganhar competições. Não incomodam também os ciganos triunfantes no mundo do flamenco, nem rejeitamos os investidores estrangeiros que montam fábricas de automóveis em nosso país, capazes de gerar emprego, centros de lazer aos quais se dá permissão de fumar em suas instalações, além de muitos outros privilégios. (Cortina, 2022, p. 34).

A autora complementa, demonstrando para quem se direciona ou se concentra esse tipo de perseguição e qual é o perfil desse grupo perseguido:

Ao contrário, é certo que as portas se fecham ante os refugiados políticos, ante os imigrantes pobres que não têm a perder mais do que seus grilhões, ante os ciganos que vendem papéis em bairros marginalizados e buscam coisas nos lixos, quando na realidade são tão autóctones de nosso país quanto os não ciganos, ainda que não pertençam à cultura majoritária. As portas da consciência se fecham ante os mendigos sem casa, condenados mundialmente à invisibilidade (Cortina, 2022, p. 35).

Diante desse panorama é percebido que não é, então, a raça, a etnia e nem mesmo o estrangeiro que é o problema, mas, a pobreza. É a fobia que os levam a ser rejeitados socialmente, e que lógico não desconsidera os fatores históricos que se configuram as perseguições raciais e étnicas, mas, as evidenciam a partir de que habitualmente se compreende como os sem recursos, e que por isso, são perseguidos por serem desprovidos de oferecer algo em troca ou pelo menos aparentam não poder.

Contudo, a aporofobia posto na realidade brasileira vai conter particularidades distintas das expostas pela filósofa Adela Cortina, uma vez que a gênese do surgimento da terminologia criada por ela, esta inserida em um contexto de relações sociais diferentes da do Brasil. O que se demonstra é que na Europa e para os europeus, os processos migratórios são responsáveis por trazer a pobreza material para estes locais, visto que, aqueles migrantes para os países da Europa se encontram em situação de pobreza muitas vezes causada pelos conflitos políticos, religiosos e econômicos dos seus países.

Não muito diferente das relações entre americanos e mexicanos ou quaisquer outros imigrantes da América latina e central, que de alguma forma tente adentrar aos Estados Unidos na tentativa de superar sua condição de pobreza, acreditando no “sonho americano”. Essa relação de superioridade, muitas vezes confundida com a xenofobia, marcam os processos de perseguição da pessoa em situação de pobreza nestes países.

Se tratando do Brasil, uma das suas particularidades é que a perseguição

contra pessoas pobres, não se situa a partir de fatores externos isto é, não necessariamente compreende a relação do emigrante como elemento determinante da perseguição, ao contrário, trata-se de uma discriminação aos indivíduos de uma mesma origem, mas, que se concentra principalmente em características históricas relacionadas a questões raciais e regionalidade destes indivíduos as quais iremos discorrer de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

É fundamental entender que o termo aporofobia vai para além da sua definição generalista, o sentido que se constrói é que a aversão a pobreza, que permeia as relações de raça, etnia e até de gênero estão cristalizadas na nossa sociedade como uma relação de troca, pois, numa sociabilidade onde a bases das relações sociais são determinadas entre valores de troca, o interesse correspondente de dar e receber faz surgir o estigma que o pobre ou a própria condição de pobreza não permita manter essa relação dinâmica entre os indivíduos e, sendo assim, os considerados “descapacitados” são em tese os rejeitados.

Para compreendermos onde se situa o sentimento de aversão a pobreza precisamos entender a sociedade a qual se encontramos alocados, ou seja, como se dá a sistematização desta sociedade. Contudo antes de adentrar nessa relação de sociedade e aversão a pobreza, se faz necessário trazer um entendimento do que é a pobreza, e para isto devemos retomar alguns conceitos históricos que trataram de dar luz a uma definição do que seria este fenômeno.

A pobreza é um fenômeno antigo que surge enraizado na construção das sociedades modernas e que sempre trouxe na suas representações uma conotação moral, isto é, historicamente estar na condição de pobreza é de responsabilidade do próprio pobre, e que isto se determinava pela sua falta de benevolência para o trabalho, contudo, a conceituação de pobreza é algo complexo, e que pode ser analisada de diversos fatores e pontos de vistas, podendo estes ser valorativos, econômicos, estruturais e não estruturais, ligados ou não a estrutura sociopolítica da sociedade.

No século XVIII, o economista inglês Thomas Malthus, evidência em um de seus tratados que a principal causa da pobreza era o ritmo pelo qual as populações se ampliavam, em relação ao crescimento dos meios de produção, e que uma resposta que poderia se dar para as questões referentes a pobreza era o controle de natalidade das populações pobres coibindo seus impulsos sexuais, lhes proporcionando educação para melhoria do seus comportamentos ou então deixá-los

à própria sorte, entretanto esta visão tinha seus problemas pois; A visão malthusianista da pobreza era extrema e colidia com o valor da caridade, tão presente na tradição judaico-cristã e de outras religiões (Schwartzman, 2002).

Historicamente em todas as sociedades, sempre se reconheceu a virtude de ajudar os pobres, entretanto, a pobreza sempre foi vista como inevitável e isto era um anteparo para naturalização das diferenças sociais e da miséria humana, pois a riqueza material representava-se como um reconhecimento, por Deus, das virtudes dos homens, e na pobreza uma marca de declínio moral e por conseguinte a representação da sua condenação.

Para Michael Katz, seria impossível imaginar a superação da pobreza antes do século XIX, visto que os recursos eram finitos e a vida era dura e assim as pessoas nascia, vivia e morria na pobreza. A questão que se surgia era, quem, entre os despossuídos, deveria receber ajuda.

Por intermédio do Poor Laws no século XIX se estabelecia parâmetros de classificação para aqueles que deveriam ou não receber ajuda. O primeiro tratava-se de um critério de proximidade, onde a prioridade deveria ser dada aos parentes, vizinhos e concidadãos, ignorando os desconhecidos ou estrangeiros, a outra classificação distinguia entre pobreza involuntária, e a pobreza voluntária. A pobreza involuntária, considerada digna, se tratava daquela acometida por pessoas órfãos, doentes e viúvas, já a pobreza voluntária, e por isso indigna, era daquelas quais se tratava de pessoas saudáveis que não queriam trabalhar.

Ainda segundo Katz, entre autores da época se estabelecia uma diferença entre o que era pobreza e pauperismo; A pobreza era entendida como uma condição natural das pessoas, que, em situações específicas, ficavam desamparadas então eram merecedoras de apoio; e o pauperismo, ao contrário, representava deformação do caráter e por isso indigno de apoio.

Outras ideias que procuravam dar as causas da pobreza compreendia a superação da pobreza não dependiam unicamente da vontade ou do caráter dos indivíduos, mas estava ligada diretamente na relação entre as pessoas, tal ideia é marcante na época moderna, nos escritos de movimentos políticos socialistas e comunistas.

No século XX, o conceito de pobreza ganhou novas concepções dentre elas três foram desenvolvidas neste período, sendo elas: Sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa. A concepção de sobrevivência que predominou até a

década de 50, teve sua origem em trabalhos desenvolvidos por nutricionistas ingleses que apontavam a renda dos mais pobres como insuficiente para a manutenção do rendimento físico dos indivíduos. Essa concepção foi adotada na Inglaterra e exerceu grande influência em toda a Europa, sendo usada mais tarde pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD (Crespo & Gurovitz, 2002).

A partir de 1970, a pobreza recebe a conotação que se ampara nas necessidades básicas dos indivíduos, o que vai colocar exigências de serviços necessários a garantir o bem-estar, serviços como água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura, tal concepção foi adotada por diversas organizações internacionais principalmente aquelas integradas com a Organização das Nações Unidas – ONU. Já na década seguinte, a condição de pobreza passou a ser entendida como uma limitação relativa, e que sua superação dependia da obtenção de melhores condições alimentares, melhoria nas condições de moradia e o desenvolvimento de comportamentos sociais adequados.

É fundamental entender que a pobreza é uma expressão das relações vigentes em cada sociedade, e que suas relações vão ser determinadas a partir do nível de desigualdades e acumulação das riquezas. Em tese a atual sociedade se manifesta a partir das relações de produção capitalista o qual pressupõe que as relações sociais são determinadas por relações de troca de bens e serviços, o fato é que os considerados “sem poder” assim como define Adele não conseguem se perpetuar dentro destas relações pois; em cada esfera social, aqueles que não podem devolver os bens que nela são trocados, que podem ser favores, empregos, cargos, dinheiro, votos, apoio para ganhar eleições, honras e regalias que satisfazem a vaidade. (Cortina, 2020, p. 124), são considerados sem papéis, os “descartáveis”.

A manifestação da aporofobia no capitalismo se dá a partir da transformação das relações sociais para a forma mercantil, esta forma que se apresenta dentro dos tecidos conjunturais da sociedade irar se configurar como uma forma dominante, em que relações entre pessoas tomam o caráter de relações entre coisas (Lukács 1989, p. 97).

Sendo assim, a pessoa pobre se compreende dentro dessa relação como um personagem que não se perpetua, pois, são aqueles que não têm a possibilidade de dar algo em troca em um mundo baseado no jogo de dar e receber (Cortina, 2020, p. 124), o fato da vida em sociedade ser determinado por relações de troca não exprimem um processo natural da ordem humana, mas, uma imposição ideológica que passa a

ser compreendida como um ordenamento natural da própria vida.

Levando em consideração que tais determinações exprimem uma sociedade que se situa em construir ou se tende a construir sobre uma ótica de relações entre “coisas” assim como exprime Lukács onde o capitalismo moderno atua no sentido de “substituir por relações racionalmente coisificadas, as relações originais em que eram mais transparentes as relações humanas” (Lukács, 1989, p. 106), se é comprovável que tal estrutura social vai contra a ordem biológica da própria espécie.

Os efeitos destas transformações na sociedade exprimem a ela um viés individualista, onde se reduz as relações comunitárias plurais em relações singularizadas onde os indivíduos se relacionam entre si não como indivíduos de uma espécie e origem direcionadas a cooperação mas, ao contrário disso, estão postos em uma condição de disputa permanente pela sobrevivência, por conta disso, Kropotkin (2009, p. 179) afirma que a tendência do ser humano à ajuda mútua tem uma origem tão remota e está tão profundamente entrelaçada a toda a evolução da nossa espécie que foi conservada por está até o presente, e que por isso, o individualismo egoísta é uma invenção sem fundamento que cumpre uma missão ideológica (Cortina, 2020, p. 123).

A crença em uma sociedade individualista é pautada nas relações colaborativas entre indivíduos que tem e podem contribuir de forma material para a construção desta sociedade e foi cunhado em um cérebro contratualista, que nos leva a não buscar o bem maior a maioria, mas selar um pacto de ajuda mútua com todos aqueles que são necessários para nossa sobrevivência e prosperidade, e quando colocado sob esses termos o pobre não se caracteriza como um possuidor de valor, e por isso é excluído dos grupos sócias e lançado à margem da sociedade (Soares, 2022, p. 18).

A aporofobia como um fenômeno social, que perpassa todas as relações sociais, faz surgir o questionamento sobre a quem se emprega a responsabilidade de modificar as relações entre indivíduos incluídos e excluídos. Adela evidência que o fortalecimento moral através da educação e políticas institucionais são mecanismos capazes de superar o sentimento de aversão a pobreza, contudo, e mister que assim definida como uma patologia social as estruturas de poder também estão sujeitas as suas próprias representações contra pessoas pobres.

A institucionalização da aporofobia seria, então, o processo de instrumentalização do Estado para a diferenciação dos indivíduos, o que vai conferir aos pobres desvantagens e privilégios com bases na classe social (Soares. 2022, p. 39), assim se compreende que o aparato estatal atende interesses de grupos sociais

específicos, e mesmo que se mantenha as características jurídicas de um ente autônomo deslocado do corpo social, ou, até mesmo se constituindo sob uma lógica para além da racionalidade, as instituições se materializam a partir da vontade legítima de um grupo dominante, de forma que neste contexto tal grupo, mantêm os outros nos exatos lugares, os quais são necessários para perpetuação não só do poder como a manutenção do sistema metabólico da sociedade.

Em síntese, a estrutura de poder está dominada sobre a ojeriza de um grupo social, nos traz a luz que a institucionalidade não pode ser uma via única palatável de transformação ou superação desta patologia e que a construção de uma sociabilidade que possibilite a superação deste fenômeno deve está necessariamente motivada a modificar tanto suas estruturas institucionais como seu corpo social. A compreensão deste fenômeno requer necessariamente um instrumento com arcabouços que possibilite tanto o entendimento da totalidade do fenômeno como também sua possibilidade de intervenção. Sendo possível maior reflexão no tópico seguinte.

1.2 A indissociável relação da aporofobia e o serviço social brasileiro

Esse tópico tratará sobre a relação do Serviço Social com o fenômeno da aporofobia, traçando uma relação desta patologia social com as expressões da “questão social”. Como foi discutido no tópico anterior a aporofobia como um fenômeno social estáligado diretamente as relações de produção no mundo capitalista, suas relações sociais e a transformação destas em um contrato de troca de mercadorias. Essas dinâmicas dadas pela sociedade capitalista foram e são objetos que contemplam a atividade do serviço social, mas o que cabe aqui, é demonstrar porque a aporofobia deve estar nos olhares da profissão.

Antes de tudo é necessário compreender como se dá o processo de surgimento do serviço social no Brasil e para isso precisamos retornar ao objeto que fecunda e da razão a sua existência. A questão social, como elemento constitutivo das relações de produção e de classe, no capitalismo, diz respeito ao processo de generalização do trabalho livre; que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômica-social (Iamamoto, 2011, p. 133).

O trabalho assalariado como expressão do trabalho livre representa o surgimento da relação entre possuídos e despossuídos, isto é, a relação entre

aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que só tem a força de trabalho, essas determinações provocam na sociedade capitalista o surgimento de um mercado de trabalho e, não obstante a sua limitação de procurar neste mercado, a força de trabalho necessário para sua manutenção. O trabalhador agora reduzido a condição de mercadoria ver a manutenção e reprodução de sua existência mediada pelo salário; sua sobrevivência se vincula ao mercado de trabalho dominado pelo capital e, apesar do caráter aparentemente individual dessa vinculação, é aqui que aparece ainda mais claramente seu conteúdo social (Iamamoto, 2011, p. 134).

Estas relações dadas dentro do processo de ebulição do sistema capitalista, vai fazer surgir no século XIX um conceito para designar tais fenômenos associados direta-mente ao pauperismo da classe trabalhadora e assim;

As manifestações imediatas da “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo frente a conjunturas econômicas adversas, etc.) são vistas como desdobramento, na sociedade moderna, de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada [...], capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário reformista [...]. No caso do pensamento conservador confessional, se reconhece a gravitação da “questão social” e se apela para medidas sociopolíticas para diminuir os seus agravamentos, insistente em que somente sua exacerbação contraria a vontade divina (Netto, 2001, p. 43-44).

Os desdobramentos que a “questão social” assume nos centros urbanos indústrias com o crescimento do proletariado marca a base para construção de um projeto de dominação por parte da classe burguesa, uma vez que;

As formas de organização popular – em particular, da classe operária, progressivamente, foram apresentando novas exigências sociais, a que se tentou responder através de mecanismos distintos. Com eles, as classes dominantes procuraram direcionar as lutas populares, enquadrando-se no âmbito da legislação burguesa, cuja tramitação e controle cabem ao Estado. (Castro, 2010, p. 45)

A complexificação das relações de classe e a emergente representação das novas exigências por parte da classe trabalhadora, exige da burguesia a elaboração de seu projeto de perpetuação da sua classe e a consolidação das relações de produção e a implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico, no entanto, não se baseará, em medidas coercitivas emanadas do estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe que se manifestam, principalmente por intermédio da igreja católica (Iamamoto, 2011, p. 135).

Compreender a história do serviço social no Brasil se faz necessário voltar os olhares para os problemas emergentes da sociedade da época, os direcionamentos adotados pela classe dominante e as manifestações da classe trabalhadora, neste cenário de ebulição.

Em 1929, com a quebra da bolsa de valores americanos, boa parte do mundo ocidental é colocado em uma crise sem precedentes, desemprego em massa, fome e miséria, marca a condição a qual a classe trabalhadora é colocada devida as extravagancias do mercado americano no pós-guerra, no Brasil, que se encontra ainda no processo de transição para a industrialização via nos seus grandes centro urbanos o crescimento das massas operárias que; amontoavam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência – ou mesmo falta absoluta – de água, esgoto e luz (ibid, 2011, p. 137).

A necessidade da manutenção dos meios de sobrevivência força a entrada de mulheres e crianças no mercado de trabalho, sendo estas responsáveis por boa parte da composição da mão de obra daquela época. Tal condição de trabalho vai exigir da classe trabalhadora sua organização para defesa e assim;

A luta reivindicatória estará centrada na defesa do poder aquisitivo dos salários – num período de constantes surtos inflacionários – na duração da jornada de trabalho, proibição do trabalho infantil e regulamentação do trabalho demulheres e menores, no direito a férias, seguro contra acidentes e doença, contrato coletivo de trabalho e reconhecimento de suas entidades, que aparecerãocomo maior ou menor ênfase de acordo com a conjuntura e características dosmovimentos e de suas lideranças (ibid., 2011, p. 139-140).

A resposta dada pelo Estado, a partir dos processos desencadeados pela classe trabalhadora será através da violência, o que vai evidência a incapacidade deste de propor políticas eficazes para o controle da crise, sendo assim, a violência do Estado se fará constantemente presente à trajetória das lutas e dos movimentos operários como omais eficiente instrumento de manutenção da paz social necessária à acumulação capitalista (ibid, 2011, p. 142).

Ainda acrescenta lamamoto que;

A boa sociedade da época, cujo elemento nativo principal se compõe dos setores burgueses ligados à agro exportação e de seus prolongamentos nos setores médios mais abastados, essencialmente desconhecerá a existência daquestão operária. Seu posicionamento natural variará entre a hostilidade e o apoio explícito à repressão policial e ações caridosas e assistencialistas, especialmente após o sufocamento dos movimentos reivindicatórios e nas

crises econômicas que lançam grandes massas em situação de extremo pauperismo (2011, p. 142).

Colocado todas essas convulsões dentro do contexto de desenvolvimento da sociedade brasileira, seu desenvolvimento capitalista, a formação da sua classe trabalhadora e as expressões referentes as condições dessa, surge no cenário nacional a necessidade de um anteparo para mediação de todas estas relações. A ação social da igreja traz para si a responsabilidade de intervir nas questões latentes da sociedade brasileira, com a mobilização do movimento católico leigo;

Estes núcleos de leigos, orientados por uma retórica política de cunho humanista e antiliberal lançam-se a uma vigorosa ação dirigida para penetrar em todas as áreas e instituições sociais, criando mecanismos de intervenção em amplos segmentos da sociedade, com a estratégia de, progressivamente, conquistar espaços importantes no aparelho de Estado (Castro, 2010, p. 47-48).

A reação da igreja católica em definir novos papéis para sua instituição marca o inicio do processo de surgimento do serviço social, o que é importante salientar é que, a ação católica se propõe a intervir nas relações sociais a partir das suas construções históricas, isto é, jamais houve no ideário da igreja católica a busca pela superação de pauperismo vivenciado pela classe trabalhadora, mas a busca pela naturalização através de meios coercitivo que não fosse a violência institucionalizada, e assim, se registra que a prática social da igreja, será a de manutenção do “status quo” e a administração da pobreza por intermédio da caridade, da fé e da benevolência.

O importante a se observar é que a construção histórica do serviço social desde a sua gênese foi um convite a lidar com os flagelos da classe trabalhadora, pois, é esta, dentro do projeto societário burguês, que deve ser alvo de controle e dominação e assim;

O assistente social atua no campo social a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos a saúde, moradia, educação, relações familiares, infraestrutura urbana, etc. É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção (Iamamoto, 2011, p. 123).

A relação da igreja católica com o serviço social no seu período embrionário fez surgir seus primeiros objetivos políticos e sociais orientado pelo ideário humanistas de

cunho conservador pautado na prática da caridade como resposta para os conflitos sociais da época, e que se direcionava a desempenhar funções que se possibilita a conciliação entre as classes antagônicas, e sendo assim, ocupando uma função, educativa, moralizadora e disciplinadora (ibid 1991, p. 71).

E sabido que até aqui foi apresentado os desdobramentos históricos que possibilitaram o surgimento do serviço social, assim como sua primeira aparição no cenário político-social, como “profissão”, contudo, o que se é necessário evidenciar é como o debate sobre “questão social” surge no seio da profissão, assim;

A “questão social” deixou de ser estranha ao universo profissional do serviço social, a partir do diálogo inaugurado por lamamoto com a obra marxiana “Relações sociais e Serviço social no Brasil”, a discussão sobre os fundamentos dessa profissão passa a ter em conta a mediação da “questão social” como razão de ser das políticas sociais públicas e privadas no contexto do capitalismo monopolista. Estas, por sua vez, constituem parte significativa do que viria a ser o mercado de trabalho não só de Assistentes sociais, mas também de outras especialidades do trabalho coletivo, demarcado claramente a fronteira entre práticas sociais de filantropia (as chamadas protoformas do serviço social) e a força de trabalho assalariado que se institucionalizaria nos anos 1940 (Santos, 2018, p. 28).

Saliento então, que a relação da profissão desde seu surgimento até os dias de hoje, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional (lamamoto, 2021. p. 103), o fato é que o compromisso de trabalhar para eliminar a pobreza, pode ser, e tem sido na maior parte da história da humanidade, uma escolha feita por certos indivíduos grupos, associações ou instituições voluntárias (Cortina, 2020, p. 197).

Reafirmo, que a aporofobia como um fenômeno social, que atinge as classes subalternas da sociedade capitalista, tem suas determinações e representações próprias das manifestações da questão social, o que não se identifica como “uma nova expressão da questão social”, mas, o desdobramento das expressões existentes, isto é, a aversão a pobreza se dá como um processo de psicologização da pobreza material, mas não se reduz unicamente a ele, contudo a sua maior expressividade esta atravessada com as questões materiais que dão movimento a sociedade de consumo.

A aporofobia é um tipo de rejeição peculiar, diferente de outros tipos de ódio ou rejeição, entre outras razões por que a pobreza involuntária não é um traço da identidade das pessoas. Embora seja verdade que a identidade se negocia

em diálogo com o entorno social, que não é estática, senão dinâmica, a etnia e a raça, com toda as dificuldades que supõe precisá-las, são um ingrediente para configurá-la (Cortina, 2020, p. 64).

Sua indissociável relação com o serviço social é histórico mesmo que somente nas últimas décadas sua relevância tenha sido evidenciada, pois, dentro do processo histórico que encabeça o combate as desigualdades sociais, aquelas que se apresentam materializadas na vida cotidiana da sociedade, isto é, aquelas que faz sentir diretamente na pele sempre vão prevalecer em relação as identidades estéticas dos indivíduos, entretanto, desde os anos 1990, o que se observa é que as transformações societárias não diminuirão as distâncias entre os grupos sociais, ao contrário, as ampliou.

Se a sociabilidade burguesa tratou de transformar as relações sociais em um amontoado de relações entre mercadorias, e assim permitiu que indivíduos fossem postos em condição de invisibilidade, o surgimento da aprofobia atesta que o próximo passo do projeto societário burguês é exterminar os invisíveis. É fato que, não há duvida de que a pobreza introduz a discriminação negativa entre as pessoas em capacidades tão básicas quanto a de organizar suas próprias vidas e buscar a felicidade, por que apenas uma parte da humanidade tem os meios para isso (ibid, 2020, p. 201).

Então, se;

O surgimento e desenvolvimento do serviço social são vistos a partir do prisma da “questão social” [...] [entendida como as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (Iamamoto & Carvalho, 1995 p.19 & 77).

O reconhecimento da aversão a pobreza como expressão da questão social deve ser mais um elemento constitutivo das discussões que pautam o debate sobre as desigualdades sociais, uma vez que no esboço das relações sociais de produção este ódio a pessoa pobre, representa as próprias expressões ideológicas de uma sociedade que se construiu sobre a dominação de classes, a exploração do trabalho e o distanciamento entre os grupos sociais.

Diante do que foi explanado neste capítulo, espero poder traçar nos capítulos seguintes um processo elucidativo que possibilite a identificação da aprofobia na

sociedade brasileira, demonstrando através de representações históricas como se deu seu enraizamento na formação da sociedade brasileira e suas particularidades, assim como, possibilitar a ampliação da discussão sobre esta temática na perspectiva do Serviço Social.

CAPÍTULO II: O DIREITO AO BEM-ESTAR E O SERVIÇO SOCIAL

2.1 O trabalho como elemento ontológico do bem-estar

A sociedade moderna como representação do desenvolvimento sócio histórico da humanidade provou a capacidade que o ser humano tem de transformar a natureza e os indivíduos, contudo, a crítica a sociedade moderna se encontra na sua incapacidade de trazer bem estar para os indivíduos; se por um lado o desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção, foram capazes de transformar as relações sociais e a forma de produzir riqueza, por outro, transformou a vida cada vez mais penosa e distanciada de seus sentidos naturais e comuns.

O bem-estar para todos, tornou-se um dilema da sociedade moderna que avança cada vez mais para degradação do gênero humano, não obstante, essa sociedade é irracional como um todo (Marcuse, 1982, p. 14), pois, a compreensão de que esta sociedade avança cada vez mais para a produção de riqueza em capacidades inestimáveis, se põe em contradição a partir de que se torna incompreensível não só a permanência com a ampliação do pauperismo.

Segundo Marcuse (1982, p. 15), a sociedade moderna dispõe de uma quantidade e uma qualidade determináveis de recursos intelectuais e materiais, a questão que se surge é, como podem ser esses recursos utilizados para o máximo desenvolvimento e satisfação das necessidades e faculdades individuais com o mínimo de labuta e miséria. Para responder essa indagação é necessário a construção de uma perspectiva materialista e histórica que possibilite a compreensão tanto dos elementos fundamentais para a formação e desenvolvimento desta sociedade como também a contemplação dos elementos que determinam seus desdobramentos.

Desta forma iremos recorrer a teoria social crítica postulada por Karl Marx e seu coautor Friedrich Engels, como também a toda tradição marxista para compreendermos como se desenvolveu a formação do ser social e o elemento que é objeto da sua razão de existência tal como o desenvolvimento da sociedade capitalista

e suas contradições como fator determinante para compreensão das possibilidades e existência do bem-estar social para todos.

A sociedade até o presente tratou de evidenciar historicamente que a materialização da sua existência surge a partir da criação e desenvolvimento de suas forças produtivas. O trabalho como elemento fecundante de toda sociedade, representa não apenas ações ordenadas entre o homem e a natureza na busca pela satisfação das suas necessidades de existência, para além disso, representa a primeira condição de toda a história humana e evidentemente a existência de seres humanos vivos (Marx, 1999, p.11), então as formas como os homens se põem a produzir dependem primeiramente da natureza, dos meios existentes já criados por estes, e a necessidade de produzir outros, mas que não se demonstra como única forma de enxergar as relações existentes entre os homens e seu objeto de transformação.

Pelo contrário [...]. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são, o que não coincide, portanto com a sua produção, isto é, tanto como aquilo que produzem como com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto das condições materiais da sua produção. (ibid., 1999, p.12)

O que se compreende é que antes de tudo o homem é um ser natural e sua produção e reprodução depende do manejo da natureza como instrumento transformador dele próprio e de seu objeto, contudo, essa produção só tem sentido quando ampliada as relações entre os indivíduos, que vai assim depender também do nível de desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e das relações internas em cada uma delas, assim Marx evidencia que facilmente se observa o grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas de uma nação a partir do desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho (1999, p.13), assim a divisão do trabalho é a chave que pressupõe o surgimento das nações e que a partir do seu surgimento vai obrigar necessariamente uma separação entre o trabalho industrial, comercial e o agrícola, como também a separação entre cidade e campo.

A complexificação da divisão do trabalho e seus vários estágios de desenvolvimento vai trazer diversas representações de formas de propriedade, que vai desde a propriedade primitiva ou tribal, onde os homens se alimentavam da caça e da pesca, da criação de gados e da agricultura incipiente, passando pela propriedade comunitária, onde há a reunião de tribos em uma mesma cidade, seja por contrato ou

por conquista, e na subsistência da escravatura, e que através da propriedade comunitária vai assim se desenvolver as primeiras representações de propriedade privada nobiliária e posteriormente imobiliária, e por último a propriedade moderna representada na forma de propriedade feudal, que se configura pela propriedade corporativa, a organização feudal do artesanato dependente principalmente do trabalho individual.

Se faz necessário entender que estes processos que dão forma tanto a existência dos indivíduos, como a complexificação de suas relações, representam os seus significados em qualquer lastro histórico a qual sejam postos, pois, representam indivíduos determinados em atividades produtivas determinadas, que vão dar vazão para determinados modos de relações sociais, assim como afirma Marx;

A estrutura social e o Estado resultam constantemente do processo vital de indivíduos determinados; mas não resultam daquilo que estes indivíduos aparentam perante si mesmos ou perante outros e sim daquilo que são na realidade, isto é, tal como trabalham e produzem materialmente. Resultam portando da forma como atuam partindo de bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade (1999, p. 19).

Portanto, a constituição das representações da consciência e do mundo das ideias pelos homens, esta ligado intimamente com a sua vida material, isto é, as representações, o pensamento e sua produção intelectual surge a partir de seus comportamentos materiais, o que determina que os homens são condicionados pelo desenvolvimento das suas forças produtivas e as formas que se dão as relações destas.

O entendimento que, o primeiro passo para o surgimento da humanidade esta ligado diretamente a sua produção física e não diretamente a sua produção intelectual, mas esta sendo resultado da anterior, é caminho necessário para se entender como se caracteriza e se representa o bem-estar. Esta evidente que a formação da sociedade moderna parte da generalização da força de trabalho e de sua divisão, entretanto, existe um fator constitutivo da história da sociedade que foi descoberta e evidenciada por Karl Marx, no Manifesto do Partido Comunista, que a história de toda a sociedade é a história das lutas de classes (Marx, 2017, p. 14).

A luta de classes, como fator determinante para formação da sociedade moderna, sempre esteve presente em todo o processo histórico da humanidade. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e

jornaleiro, numa palavra opressor e oprimido (ibid, 2017, p. 14), sempre mantidos em luta por interesses antagônicos. A sociedade moderna que surge dos escombros da sociedade feudal, estabelece a partir de sua fundação novas classes sociais assim como novas condições de opressão, contudo, uma característica desta sociedade em detrimento das anteriores é a simplificação dos antagonismos de classe onde a sociedade como um todo irá se dividir em dois grupos, a burguesia e o proletariado.

A formação da burguesia como um resultado do processo de desenvolvimento histórico das relações sociais e de produção foi acompanhado por avanços políticos que suprimiu a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população, aglomerou a população em grandes centros urbanos, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos e que através desta centralização política, fez surgir forças produtivas em massa as quais possibilitou a sujeição da natureza ao homem de forma geral. Tal caráter revolucionário da burguesia em transformar as forças produtivas e reesignificar o sentido do trabalho social é o resultado do desenvolvimento dos meios de produção e de troca da sociedade feudal como evidenciar Marx;

Numa certa etapa no desenvolvimento destes meios de produção e de troca, as relações sob as quais a sociedade feudal produzia e trocava – a organização feudal da agricultura e da indústria manufatureira, numa palavra, as relações feudais de propriedade – não correspondiam mais às forças produtivas já desenvolvidas. Elas atrapalhavam a produção, em vez de fomentá-la (Marx, 2017, p. 21).

É por isso; em seu lugar, se estabeleceu a livre concorrência, acompanhada pela constituição social e política que se adequava a ela e ao domínio econômico e político da classe burguesa (ibid, 2017, p. 21), assim ao passo que se personifica uma burguesia, isto é, a classe burguesa, emerge também do bojo destas relações a moderna classe dos trabalhadores, ou seja, se desenvolve o proletariado, a classe que só subsiste na medida em que encontra trabalho, e só encontra trabalho na medida em que seu trabalho aumenta o capital (ibid, 2017, p. 27).

A compreensão de uma sociedade de classes se torna fator determinante para compreender as possibilidades que constituem a existência potencial de um bem estar para todos, isto porque a sociedade moderna ou capitalista, pressupõe um sistema que impossibilite o alcance deste bem estar para todos, e dentro do seu processo histórico de desenvolvimento, tratou-se assim de constituir valores e dogmas os quais

possibilitase explicar a desigualdade entre os homens como uma condição natural própria da existência humana. Dentro de uma concepção marxista, da formação da sociedade moderna, vimos que toda forma de sociedade pressupõe a existência de antagonismos de classes, isto é, a relação entre opressores e oprimidos, mas para oprimir uma classe, devem ser asseguradas certas condições para que, pelo menos, ela continue sua existência de escravo (ibid, 2017, p. 30).

Essa condição de existência como escravo não se passa de forma distinta das anteriores, a escravidão moderna ou aquela imposta pelo capitalismo se constitui a partir do surgimento das condições essenciais que são próprias da dominação burguesa e que vai se apresentar com a acumulação de riqueza nas mãos de poucos, a formação e acumulação do capital, e por fim a condição para sua ampliação que é o trabalho assalariado.

Esses elementos constitutivos da sociabilidade burguesa, que ao passo que se desenvolve transforma as relações de trabalho vai determinar ao operário uma condição própria de submissão tal como, Engels (2008, p. 121) explica;

[...] De direito e de fato, um escravo da classe proprietária, da burguesia: é seu escravo a ponto de ser vendido como uma mercadoria e, tal como uma mercadoria, seu preço aumenta e diminui. Se a procura por operários cresce, seu preço sobe; se diminui, seu preço cai; e se a procura cai a ponto de um certo número de operários não ser vendável, eles ficam como que em estoque e, como não há emprego que lhes forneça meios para subsistir, morrem de fome [...].

A acumulação do capital, que se representa como o desenvolvimento da sociedade capitalista, a qual se determina pela concentração e centralização das riquezas socialmente produzidas vai trazer diversas consequências no que tange a condição da classe trabalhadora. Depois de ter se apropriado dos meios de produção, de ter transformado as relações de produção em relações mistificadas de mercadoria e alienado o trabalhador de seu próprio trabalho, o capitalismo cuidou de constituir os chamados exércitos industriais de reserva, isto é, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para sua força de trabalho (Netto, 2006, p. 92).

A utilização deste mecanismo compreende uma estratégia dos capitalistas para reduzirem os custos de produção, aumentar seus lucros e reduzir os salários dos trabalhadores assim, como a força de trabalho é como qualquer outra mercadoria comprada pelo capitalista o salário deve corresponder necessariamente as

necessidades do trabalhador e sua família, ou seja, deve garantir apenas a sua condição de existência como explica Netto (2006, p. 71):

Ora, compreende-se que o capitalista, em face da força de trabalho exiba o mesmo comportamento que tem diante das outras mercadorias: quer comprá-la pelo preço mais baixo possível – e, se puder, pagará um preço inferior ao seu valor. Entretanto, se o fizer, ao cabo que algum tempo terminará por privar a força de trabalho das condições de se reproduzir, matando a galinha que lhe proporciona ovos de ouro; por isso mesmo, salvo situações excepcionais, o capitalista é obrigado a comprar a força de trabalho pelo seu valor efetivo.

Nesse sentido complementa Netto (2006, p. 92), que a existência do exército industrial de reserva se torna chave necessário para o processo de produção pois:

Os capitalistas valem-se da existência desse contingente de desempregados para pressionar para baixo os salários; aliás, os próprios capitalistas dispõem de meios para forças o desemprego (entre outros, o aumento da jornada de trabalho e o emprego de crianças). Mas o exército industrial de reserva não resulta de uma intenção consciente da classe capitalista, embora esta se sirva dele estrategicamente para seus objetivos – tal exército é um componente necessário e constitutivo da dinâmica histórico-concreta do capitalismo

Todavia não só a acumulação capitalista e o desemprego vão afetar a vida do proletariado, para além disso, os trabalhadores experimentam processos de pauperização decorrente da exploração capitalista, podendo ser tanto de forma absoluta, que registra-se a partir da degradação geral das condições de vida de trabalho do proletariado, isto é, pela queda do salário, redução dos padrões de alimentação e habitação, aumento do ritmo de trabalho e ampliação do desemprego; como de forma relativa que se expressa pela melhoria condição de vida dos trabalhadores, melhoria no padrão de alimentação e moradia.

E mister que a riqueza é o ponto central das discussões sobre uma vida harmoniosa, pois, é através dela que o alcance a melhores condições de existência são possíveis, assim, a humanidade andou bastante desde o tempo em que a pedra lascada lhe servia para fabricar suas armas, para lutar desesperadamente pela existência (Kropotkin, 2011), se encontrando hoje em um estágio de desenvolvimento que compreende a produção de riquezas que deixa a perder de vista, pois, a geração de riqueza indefinida é um fenômeno recente, que ocorre graças à combinação de fatores, como as novas tecnologias industriais, a energia do carvão, as forças de mercado, a mobilidade sócia, a urbanização, a mudança na estrutura familiar e a

divisão do trabalho (Cortina, 2020).

Vimos até aqui que o trabalho é o elemento constitutivo de toda a sociabilidade humana e que por isso os seres sociais não podem ser apartados do seu elemento que lhe produz como tal, contudo, foi possível perceber também que o desenvolvimento das forças produtivas deram espaço para o surgimento da sociabilidade burguesa que captura através da expropriação dos meios de produção, a força de trabalho e a generaliza ao passo que dela extraia fontes “inesgotável” de lucros/riqueza. O questionamento que surge é, como no estágio de desenvolvimento que se encontra a sociedade moderna ainda possa existir qualquer tipo de miséria, como o trabalho ainda permanece sendo tão embrutecedor e que ainda não lhe deu meios para a garantia da segurança do dia da amanhã.

Todos esses questionamentos que insurgem a partir da análise da sociedade atual impossibilita o vislumbre da possibilidade do bem-estar para todos, pois, não se trata apenas de uma ordem dinâmica de formatação de uma sociedade direcionada a produção de riqueza e usurpação de uma minoria sob uma maioria, trata-se também de um dinâmica de perpetuação da dominação que ultrapassa a ordem física, assim afirma Marcuse (1982, p. 15) que:

A sociedade industrial desenvolvida confronta a crítica com uma situação que parece privá-la de suas próprias bases, pois, o progresso técnico, levado a todo um sistema de dominação e coordenação, cria formas de vida (e de poder) que parece reconciliar as forças que se opõem ao sistema e rejeita ou refuta todo protesto em nome das perspectivas históricas de liberdade de labuta e de dominação.

Assim, a sociedade moderna foi capaz de conter o ímpeto das transformações sociais as quais poderiam ser capazes de estabelecer novas instituições, novos processos produtivos e por fim novas formas de existência humana. A crítica da sociedade moderna foi para os intelectuais progressistas a possibilidade de vislumbre de uma nova sociedade onde seus elementos formativos tivessem outros sentidos e significados, mas que acima de tudo se pautasse principalmente pela garantia da vida e do bem-estar para todos.

Tanto a concepção no campo marxista como em outros campos do chamado socialismo radical, evidenciaram que a sociedade moderna assim como é posta, não produziria de nenhuma forma uma sociedade onde a ordem social estivesse acima da ordem econômica e que por isso seria impossível pensar o bem-estar social real atrelado a uma economia de mercado, assim é perceptível que a sociedade capitalista

é de fato uma sociedade de possibilidades, porém, tais possibilidades estão atreladas aos próprios limites impostos por ela.

As reformas de fato são possíveis dentro da ótica capitalista, mas como foi evidenciado anteriormente, tais possibilidades sempre estão ligadas a um contexto favorável no processo de acumulação capitalista, e que se faz necessário uma vez que ao passo que produz mais riqueza o capital produz também a possibilidade de manter o processo de acumulação latente e com isso, é possível pensar na efetivação de um bem-estar para uma certa maioria sem colocar em risco a dominação imposta pela estrutura sócio-econômica dominante.

Contudo, tais possibilidades de melhoria da qualidade de vida no geral, que se determina como uma realização do bem-estar na sociedade capitalista, não pode e nem deve estar enraizado como um fator correspondente desta sociabilidade, uma vez que, como é sabido, as transformações na sociabilidade burguesa, que se corresponde através do processo de intensificação da luta das classes subalternas, são postas a baixo sempre que a acumulação do capital entra em crise, e que por isso não existe de fato a possibilidade de cristalização de uma sociedade direcionada ao provento do bem-estar para todos.

Para os intelectuais da tradição radical, como por exemplo, Karl Marx, Friedrich Engels, Proudhon, Bakunin entre outros, apenas uma transformação radical da sociedade poderia ser capaz de estabelecer uma ordem social e econômica que se leva em conta o bem-estar como elemento determinante para a prosperidade de toda a humanidade, e que tal objetivo jamais poderia ser alcançado através de decreto ou reformas das instituições da sociedade burguesa. Para estes a possibilidade de transformação da sociedade só seria possível através das forças elementares que compõe a própria sociedade, isto é, através da chamada revolução social encabeçada pelas classes subalternas direcionadas a tomada do poder político, social e econômico, tornando-se assim protagonista da sua própria história.

Pensar o bem-estar para todos é uma tarefa complexa, pois, não se trata apenas de uma transformação de uma realidade econômica e social, sua complexidade parte também desde os determinismos mais primitivos dos próprios sujeitos, contudo, vislumbrar tais transformações de ordem estrutural se torna necessário para pensar e repensar as próprias questões pertinentes a humanidade.

Na lógica da sociedade capitalista não é possível pensa-la sem a existência de suas próprias contradições, contudo, nas impossibilidades dadas por esta sociedade

não devemos enxergá-las sem uma perspectiva que permita vislumbrar transformações pontuais e necessárias para a melhoria da qualidade de vida de uma certa maioria, e por isso, devemos romper com uma visão fatalista onde a sociedade que não pode ser transformada não pode ser moldada, nos colocando em uma posição de acomodação e indiferença.

Se de alguma forma nos encontramos a vislumbrar alguma possibilidade de transformação social, devemos vê-la a partir da perspectiva da luta permanente seja ela através dos sujeitos sociais ou daqueles que partiam as mesmas vivências e condições de vida. No tópico seguinte trataremos a discussão do papel contributivo que o Serviço Social tem na luta pelo bem-estar para todos como também, o salto qualitativo dado pela profissão no bojo dessas discussões.

2.2 O serviço social e a luta pelo bem-estar

Anteriormente podemos perceber como se deu o processo de inserção da profissão Serviço Social nas relações sociais e qual função a ela é atribuída dentro dessas relações, assim foi possível compreender que a profissão se insere nas relações sociais a partir de uma especialização do trabalho coletivo que se expressa através das necessidades sociais provenientes das classes sociais que se manifestam no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de uma forma socialmente determinada.

Nesse contexto, as relações sociais determinam para a profissão a necessidade de sua especialização, conforme Iamamoto & Carvalho (2011, p. 83) explica:

O desenvolvimento das forças produtivas e as relações engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento, segundo os parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista.

Dessa maneira, o serviço social se desenvolve como uma profissão reconhecida na divisão social do trabalho, que tem como referência o desenvolvimento do capitalismo industrial centrado sob o ângulo das classes sociais que emergem junto a este processo e que se constitui a partir da expansão do proletariado e da burguesia industrial os quais modificaram as composições de grupos

e frações de classes que partilham em contextos específicos o poder do Estado, assim como Iamamoto & Carvalho (2011, p. 83) assinalam, “É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado”.

Assim, compreender o surgimento e a inserção da profissão nas relações sociais da possibilidade de situar sua atuação diretamente nas questões pertinentes ao bemestar, e se tratando da profissão serviço social, especificamente aquelas dimensionadas para as classes subalternizadas. A partir dos anos 1930, a conexão entre política social e Serviço Social no Brasil surge como estratégia de intervenção do Estado, como processo de modernização conservadora da burguesia brasileira, esse incremento por parte do Estado, como uma tendência dimensionada pela crise de 1929, tem como objetivo o enfrentamento das expressões da questão social.

O enfrentamento das expressões da questão social, surge para o Serviço Social como uma estratégia de contornar as questões pertinentes ao desenvolvimento do capitalismo e assim, é através das políticas sociais que a profissão vai mediatizar sua atuação, contudo, os debates sobre as políticas sociais no âmbito do serviço social se demonstraram tardias assim como Behring e Boschetti (2009, p. 14) assinalam;

Um artigo de Costa (1979), publicado no primeiro número da Revista Serviço Social e Sociedade, mostra que apesar dessa condição estrutural, a introdução da temática da política social nas pautas profissionais foi tardia – a partir dos anos 1950 nos congressos internacionais, e dos anos 1970 no debate brasileiro, com ênfase no planejamento de programas sociais.

Entretanto, como traz a luz para a discussão sobre políticas sociais, Behring e Boschetti (2009) afirma que;

Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de política sociais, pois como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal.

Dessa forma, uma das características das sociedades pré-capitalistas era de assumir alguma responsabilidade social, entretanto, não com o fim de garantir o bem comum, mas como artifício para a manutenção da ordem social e a punição a

ociosidade. O que se sabe é que além da caridade privada e de ações filantrópicas, algumas iniciativas podem ser caracterizadas como protoformas de políticas sociais, frequentemente as mais citadas como primeiros exemplos de legislações desse tipo são as leis que surgiram na Inglaterra no período anterior a Revolução Industrial, como por exemplo: O Estatuto dos Trabalhadores (1349), Estatuto dos Artesãos (1563), Lei dos pobres (1531- 1601), Lei de domicílio (1662), etc.

A partir de meados do século XIX até a terceira década do século XX, é marcado pelo aprofundamento do domínio do liberalismo que se determina pelo predomínio do mercado como regulador das relações sociais, entretanto, essa possibilidade só existiria em um contexto de uma suposta ausência da intervenção do Estado, assim como pontua Behring e Boschetti (2009);

Com o predomínio desses princípios ferozmente defendidos pelos liberais e assumidos pelo Estado capitalista, não é difícil compreender que a resposta dada à questão social no final do século XIX foi sobretudo repressiva e apenas incorporou algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabeleciam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social.

Sendo assim, para o Estado liberal cabe apenas o reconhecimento dos direitos civis a garantia da propriedade privada, o direito à vida, à liberdade individual e os direitos de segurança e propriedade, contudo no que concerne a questão das transformações do Estado liberal, se observa a organização dos trabalhadores como fator preponderante para tais mudanças, uma vez que, pautada na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar conquistas na dimensão dos direitos políticos, como o direito ao voto, de organização e sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação (ibid, 2009, p.53-54).

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciada entre os países, e se caracteriza pela sua interdependência dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Discutindo a origem do Welfare State, Pierson (1991) entende que a simples presença de algumas medidas de regulação pública não é suficiente para definir sua existência. Para esse autor, o que ajuda a demarcar a emergência de políticas sociais são alguns elementos surgidos no final do século XIX, decorrentes da luta da classe trabalhadora (Behring

e Boschetti, 2009, p. 64).

Segundo assinala Nunes (2010, p. 10), “A complexidade da sociedade moderna revela-se, igualmente de forma paradoxal, ao nível das formas de gestão do bem-estar social que têm vindo a ser crescentemente introduzidas, nomeadamente nos serviços de apoio e cuidado social”. Essa oferta de serviços tem como característica a ação “propositiva” da nova ordem econômica vigente que entra no cenário mundial a partir da falência do estado de bem-estar social engendrado pela crise econômicas do capitalismo e pela necessidade da reestruturação produtiva.

É inegável que o sistema capitalista é um sistema de crises, uma vez que, no processo de produção e reprodução social é através destes períodos que o capitalismo se reorganiza e reestrutura as condições de produção e reprodução da social, assim como afirma Mota (1995, p. 37); pode-se dizer que as crises econômicas são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e que, diante dos esquemas de reprodução ampliada do capital, a emergência delas é uma tendência sempre presente, e por isso;

As crises expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro, processo que só se realiza mediante a venda das mercadorias capitalisticamente produzidas. Em outras palavras, quando são produzidas mais mercadorias do que a população pode comprar, o processo de acumulação é afetado, uma vez que estoques de mais-valia não asseguram o fim capitalista (Mota, 2009, p. 53).

É importante observar que a crise atinge de forma diferenciada os trabalhadores e os capitalistas, para os capitalistas, trata-se de uma ameaça ao seu poder consolidado, entretanto, para os trabalhadores, o que se demonstra é a condição postular da submissão intensificada, pois, são profundamente penalizados na sua materialidade e subjetividade e que se representa assim pela condição de instabilidade imposta pelo mercado de trabalho, com o aumento do desemprego, as perdas salariais, o crescimento do exército industrial de reserva e o enfraquecimento das suas lutas e organizações políticas dessa classe.

Assim, na constituição das dinâmicas onde se situa as crises cíclicas do capitalismo, incide desse modo o redirecionamento da intervenção por parte do Estado, ocorrendo a redefinição dos mecanismos legais e institucionais os quais versão sobre a regulação da produção material e da gestão da força de trabalho, redefinindo assim as relações entre Estado, sociedade e mercado, os quais possibilite

a garantida da acumulação capitalista, mediatizado por ajustes econômicos e reformas sociais.

A partir do pós-guerra, nos países centrais, passa a ocorrer uma crescente expansão do capitalismo, que vai se caracterizar pelo crescimento econômico, o aumento de empregos e salários aliado a uma forte intervenção do Estado, o que vai possibilitar uma série de fatores conjunturais responsáveis pela criação do chamado Welfare State, que se tornou um dos principais pilares de sustentação institucional daquela fase expansiva do capitalismo, ao integrar à sua dinâmica econômica parte das demandas operárias por melhores condições de vida e trabalho (Mota, 2009, p. 56).

Tais demandas representam-se através de alocação de fundos públicos de políticas econômicas e sócias, o que favorece o crescimento do consumo por parte dos trabalhadores, ao passo que transforma em mercadoria o atendimento de algumas necessidades sociais através de salários indiretos, via políticas sociais públicas a ação do Estado permite a liberação de salários reais e por esse motivo a um conseqüente aumento no consumo de mercadorias, criando assim a possibilidade do consumo em massa.

Entretanto, o que se compreende do surgimento do Welfare State, é que não se trata apenas de um processo de reestruturação produtiva, mas se configura como uma estratégia referente a intensificação dos conflitos pós-guerra entre o bloco ocidental liderado pelo Estados Unidos e os países centrais do capitalismo europeu e o bloco oriental liderado pela União Soviética.

Com o fim da segunda guerra mundial o que se evidencia é que as influências das experiências socialistas passam a pôr em risco a legitimidade do mundo capitalista, os avanços sociais e econômicos promovidos por estas experiências, passa a provocar convulsões sócias que influem no questionamento das estruturas orgânicas legitimadas pela burguesia capitalista. Dentro desse processo, a necessidade de legitimar sua influência, a qual não poderia ser tomada através da austeridade, viu-se a partir daí a necessidade de construir perspectivas de superação da crise de acumulação capitalista através da promoção que se privilegia o aumento do consumo e a expansão de direitos para os trabalhadores lhes possibilitando a melhoria na sua qualidade de vida.

Estava posta a equação subjacente ao chamado pacto fordista-keynesiano,

ou seja, a incorporação das demandas trabalhistas, aumento da produção e do consumo operário e estabelecimento de uma relação negociada entre Estado, capital e trabalho, como expressão concreta de ideologias que defendiam a possibilidade de compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia (Mota, 2009, p. 56).

Contudo esse modelo vai entrar em declínio na segunda metade da década de 70, juntamente com a crise do petróleo que contribuiu para o aumento da inflação e do desemprego e assim o neoliberalismo que até então era considerado uma teoria marginal, tem terreno propício para o seu desenvolvimento, esse espaço gerado pela falência do modelo do Estado de bem-estar-social da ao neoliberalismo a possibilidade de retrain o papel do Estado, pulverizando os meios de atendimento às necessidades sociais da classe trabalhadora, limitando sua responsabilidade social para aqueles absolutamente impossibilitados de vender sua força de trabalho.

É sendo assim, como resultado dessa ofensiva, a classe trabalhadora é atingida também pelos chamados processos de privatização que fluem primeiramente através da venda de empresas estatais as quais apresentam uma rentabilidade positiva, seguido pelas áreas de serviços sociais e da infraestrutura, tais como os de saúde, educação, previdência, saneamento, habitação, etc.

Essa nova ofensiva político-social e ideológica vai assegurar a reprodução deste processo, através da reforma do Estado a qual ira estabelecer novas relações entre o capital, o trabalho e o Estado. Amparado pela naturalização da mercantilização da vida, essa reforma social e moral busca entre outros objetivos, transformar o cidadão sujeito de direitos num cidadão consumidor; o trabalhador num empreendedor; o desempregado num cliente da assistência social; e a classe trabalhadora em sócia dos grandes negócios (Mota, 2006).

Todas estas circunstâncias demonstra que o chamado bem-estar, na sociedade capitalista, compreende algo relativo e que provavelmente não ira sobreviver as intemperes do tempo, e percebendo assim tais contradições é demonstrável a impossibilidade de estabelecer de forma ampla e racional uma sociedade com primazia na garantida do bem-estar coletivo, pois, os custos financeiros do bem-estar social estão sujeitos a forte pressão por razões de ordem econômica e por razões de ordem ideológica decorrentes de posicionamentos políticos-ideológicos muito distintos face à relação entre Estado e cidadãos em matéria de bem-estar social (Nunes, 2010, p. 11).

O bem-estar para todos em sua essência, não tem a ver com a ideia de pessoas

diferentes gerenciado um sistema econômico diferente, nem se trata de igualar benefícios de acordo com as determinações e regras dominantes do capitalismo, trata-se primeiramente de transformar as relações sociais e de produção, ou seja, transformar materialmente a sociedade em si, e para além disso transforma-la desde a sua raiz, enterrando toda a velha sociabilidade em baixo de escombros, e erguendo sobre ela uma nova ordem social, com estruturas materiais e ideológicas que possibilitem a construção de uma sociedade justa e solidaria.

Entretanto, ainda sobre as amarras do capitalismo não devemos adotar uma postura fatalista, o qual só se possa vislumbrar algum tipo de transformação social em uma sociedade pós-capitalista, ao contrário a adoção combativa contra as opressões do capitalismo evidência o papel de resistência daquelas classes que vivem do trabalho. Dessa forma, Serviço Social como uma classe eminentemente formada pela classe trabalhadora tem em seu fazer profissional uma perspectiva permanente de luta como observa Yazbek (2009, p.4);

Analisar o Serviço Social nesta perspectiva permite, em primeiro lugar, apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes. Ou seja, compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classe sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama.

Sendo assim, o Serviço Social aparece no bojo dessas discussões, em muitos casos, como uma profissão turbulenta e questionada, pois, a profissão corresponde significativamente a classe trabalhadora diametralmente afetada pelas mudanças nas estruturas sociopolíticas. As tendências da reestruturação dos sistemas de governo e organização econômica, produz efeitos no serviço social, principalmente em fatores determinantes do seu fazer profissional, essas tendências são marcadas pela ênfase para cuidados sociais residuais e focados em definições mais restritas de vulnerabilidade social, o que vai acarreta a prestação de serviço estigmatizado e estigmatizante; modos de intervir menos estrutural e consequentes problemas ao nível da identidade e dos valores profissionais.

Para o serviço social a luta pelo bem-estar se apresenta como uma luta com diversas frentes de batalha, pois, é no contexto de globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre o capital bancário e o capital industrial que se testemunha a revolução técnico científica de base microeletrônica

instaurando novos padrões de produzir e de gerir o trabalho (Iamamoto, 2000, p. 16), e com isso, reduz-se a demanda por trabalho, amplia-se a população sobrando e cresce a exclusão social, econômica, política e cultural, de jovens, crianças, homens, mulheres das classes subalternas, alvos da violência institucionalizada.

Assim, torna-se um desafio para a profissão e para o profissional a compreensão das novas dinâmicas sociais, tal capacidade de decifrar a realidade é parte importante na construção de propostas de trabalhos que sejam criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano profissional. Como foi evidenciado anteriormente o assistente social tem sido historicamente um dos agentes profissionais responsáveis pela implementação de políticas sociais, especialmente políticas públicas, assim como, um executor terminal de políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária (Netto, 1992).

Dessa forma, a contemporaneidade exige capacidades profissionais para além das historicamente constituídas no campo do serviço social, as quais possibilite respostas racionais aos usuários, assim como explica, Iamamoto (2000, p. 20);

Responder a tais requerimentos exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do assistente social a mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, à realização de um leque de tarefas as mais diversas, ao cumprimento de atividades preestabelecidas. Já o exercício da profissão é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais.

E por isso, requer por parte do profissional a consciência de ultrapassar os limites das rotinas institucionais e buscar compreender e apreender no movimento da realidade elementos necessários que possibilite observar tendências e possibilidades que podem ser impulsionadas pelo profissional. Em síntese a compreensão da profissão de forma ampla na contemporaneidade se torna fator determinante até mesmo para criação de uma perspectiva de um novo bem-estar, visto que, quando se analisa questões pertinentes a isso, a modernidade ultrapassou os limites das condições materiais como fator preponderante para exemplificar um modelo de sociedade com primazia do bem comum.

Assim, como assinala Iamamoto (2000, p. 28);

É necessário, hoje, repensar a questão social, porque as bases de sua produção sofrem, na atualidade, uma profunda transformação com as

inflexões verificadas no padrão de acumulação. Os “30 anos gloriosos” – do pós-guerra até meados dos anos 1970 – marcaram uma ampla expansão da economia capitalista, sob a liderança do capital industrial, apoiado em uma organização da produção de bases tayloristas e fordistas, como estratégias de organização e gestão do processo de trabalho.

Repensar a questão social na modernidade é repensar, como já foi dito anteriormente, as possibilidades de bem-estar, o desenvolvimento das forças produtivas até o momento deram abertura para o vislumbre de uma sociabilidade menos penosa, contudo, que só é possível e executável dentro de uma lógica de sociedade pós-capitalista, entretanto, não é papel do serviço social pautar suas experiências e expectativas em possibilidades ainda não concretas, a realidade social demanda a profissão intervenções imediatas e racionais, que de alguma forma contribua para a transformação da realidade social, econômica, cultural e política dos sujeitos, exige também o vislumbre da construção de uma ótica que privilegie o bem-estar para todos aqui e agora, isto é, dentro do contexto de contradições que se encontram os sujeitos sociais na dinâmica da sociedade capitalista.

Quando se fala em serviço social e a luta pelo bem-estar, não estamos apenas direcionando uma ação prática e reflexiva da profissão com o mundo aberto, isto é, com a realidade social expressada no cotidiano, fazemos referência também a própria luta engendrada da profissão pela sua contínua atualização dos saberes e práticas as quais possibilite também a afirmação da sua função social, isto é, da sua legitimidade profissional com o agente usuário dos seus serviços. Se para o serviço social legitimar-se no meio do social representa a sobrevivência da profissão, para os profissionais que compõe suas fileiras, representa assim sua própria sobrevivência como classe trabalhadora.

Em tempos da ofensiva neoliberal se demonstra como uma grande desafio para a profissão a afirmação e crença no seu projeto ético-político profissional, ao passo que as relações sociais e profissionais se tornam cada vez mais fragmentadas o serviço social demanda de sua classe uma efervescência que ultrapasse os limites impostos pela ordem societária vigente, e por isso, a reafirmação do pacto para com aquele o qual o serviço social se ali no espaço das lutas societárias se torna fator determinante para a efetivação do seu projeto profissional.

Portanto, a congruência do serviço social e o bem-estar de certa forma, dentro do contexto capitalista, remonta uma luta permanente pela efetivação e ampliação das políticas públicas que visem intervir diretamente nas expressões da questão social, se

tratando do contexto contemporâneo de esvaziamento das políticas públicas, a luta deve ultrapassar os limites institucionais próprios da profissão, como também exige ao profissional do serviço social uma retomada das suas dimensões ético-políticas, se aproximando e contribuindo para a organização das instituições de defesa e luta da classe trabalhadora bem como, o reafirmamento do seu projeto ético-político como instrumento necessário para a garantia do bem-estar para todos.

CAPÍTULO III: A AVERSÃO A POBREZA: UMA PATOLOGIA ENRAIZADA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O presente capítulo pretende expor os caminhos que possibilitaram a construção da pesquisa buscando evidenciar questões que facilitem a compreensão das informações contidas no trabalho com a finalidade de se abordar o fenômeno da aporofobia no contexto social brasileiro. Desse modo, no primeiro momento buscou-se sistematizar as etapas metodológicas que possibilitaram a construção objetivada nessa produção.

A posterior buscou construir uma perspectiva analítica que levasse em consideração as particularidades sociais, econômicas e políticas da sociedade brasileira, como meio necessário para a caracterização do objeto abordado nessa discussão e como forma de situar uma representação clara desse fenômeno dentro do contexto brasileiro.

Por fim, tratou-se de demonstrar a representação real da expressão do fenômeno através das construções sociais, dos ideários e crenças, e das representações estruturais personificadas pelas instituições e grupos sociais.

3.1 Aspectos metodológicos da discussão

O presente trabalho é caracterizado por um estudo bibliográfico de caráter teórico qualitativo, o que significa dizer que se trata de uma pesquisa amparada por livros, artigos científicos, periódicos, monografias, dissertações de mestrado e doutorado. Compreende-se que:

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema por meio de referências teóricas publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o

conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (Bocato, 2006, p. 266).

A aproximação com o objeto de estudo correu por meio de uma abordagem qualitativa, que possibilitou uma leitura da realidade enfatizando aspectos entre a relação dos sujeitos com o mundo dentro da realidade, a partir da pesquisa bibliográfica do tipo, exploratória e descritiva.

Foram utilizadas plataformas e sites como: Google acadêmico, plataforma Scielo, revistas eletrônicas como: *Temporalis*, Observatório de Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga, *Serviço social e sociedade*; como também o banco de dados de monografias e dissertações de mestrado e doutorado da Capes.

A técnica bibliográfica utilizou-se de pesquisadores como Adela Cortina e Paulo Escobar, proponentes do debate sobre origem do fenômeno social da aprofobia, como também foi trazido a luz reflexões de autores que contribuem para a compreensão da realidade social e suas estruturas, como autores do serviço social que possibilitam uma análise crítica das estruturas da sociedade.

A problemática apresentada se justifica pela necessidade de aprofundamento sobre essa temática ainda pouco abordada como sendo um reflexo dos desdobramentos dos significados da pobreza. Compreende-se também a necessidade categorica das contribuições que podem ser ofertadas através dos conhecimentos produzidos pelo serviço social, ofertando um olhar crítico e dialético sobre os desdobramentos do objeto de estudo dessa produção.

Levando em consideração o que fora discutido nos capítulos anteriores – sobre o ódio e a aversão a pobreza – foi possível perceber que essa problemática é antiga, porém, se apresenta muito pouco esclarecida e discutida socialmente, devendo ser avaliado por uma perspectiva científica que “(...) permite ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema” (Triviños, 1987, p. 1009), e assim se faz necessário uma abertura ao diálogo principalmente no que tange o campo do serviço social, evidenciando que se representa como objeto de suas reflexões e do seu fazer profissional, que é a questão social.

Dessa forma, a pesquisa buscou contribuir socialmente para a construção de leituras que versem sobre o assunto, objetivando dar mais visibilidade para a temática que ainda é pouco debatida na academia, além de devolver para os sujeitos da pesquisa – pessoas vítimas do ódio e da aversão a pobreza – o direito a sua

subjetividade e o reconhecimento da sua importância na sociedade.

3.2 Particularidades da sociedade brasileira e sua relação com os despossuídos

A autora Adela Cortina (2020) quando elabora sua discussão teórica sobre o fenômeno da aporofobia trás elementos primordiais para a compreensão dessa “nova” patologia social, contudo, sua perspectiva analítica compreende o contexto sócio histórico e político da Europa e a sua relação com os outros lugares do globo, o que determina assim que este fenômeno reserva em sua particularidade a figura do emigrante estrangeiro, evidenciando uma complexa relação de fatores externos como determinante para a representação cognitiva e social da aversão a pobreza.

Para a realidade brasileira os elementos encastelados pela autora espanhola não corresponde, pelo menos de forma geral, a realidade da aversão a pobreza no país, visto que, a formação do Brasil contemporâneo reserva em suas particularidades questões, raciais, étnicas e regionais, contudo de forma correspondente a fatores internos da própria sociedade brasileira. A colonização europeia e posteriormente o processo de escravatura no território nacional teve papel determinante para a caracterização da sociedade brasileira, tal caracterização é própria desse período como afirma, Prado Jr. (2008, p. 265).

Em todo lugar onde encontramos tal instituição (Escravidão) nenhuma outra levou-lhe a palma na influência que exerce, o papel que representa em todos os setores da vida social. Organização econômica, padrões materiais e morais, nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir; e de um modo profundo, seja diretamente, seja por suas repercussões remotas.

Essa influência exercida pelo período da escravatura moldou a sociedade brasileira sob a relação de possuídos e despossuídos, que vai ter seu desenvolvimento posteriormente caracterizado dentro do processo de urbanização brasileira e consonante a isso o processo de segregação destes espaços para as classes subalternas. A Lei de Terras de 1850, é a priori um dos primeiros instrumentos de segregação existente no Brasil, o distanciamento daqueles antes escravizados ao acesso a terra, pode ser considerado o embrião da aporofobia no Brasil.

A concentração de terra na mão do grande latifundiário e das oligarquias da

época põem os grupos subalternizados em uma condição perpetua de servidão, assim mesmo com o fim do período da escravatura, aqueles postos nessa situação continuaram na condição de servidão aos seus antigos proprietários, dada a dificuldade do acesso a terra e ao trabalho livre que nas décadas seguintes viria a ser ocupado por emigrantes provenientes da Europa e Ásia.

A História do Brasil sempre foi marcado pela incidência de conflitos sociais entre classes sociais antagônicas, a elite dominante nascente desde o período colonial sempre tratou com revés as classes mais pobres brasileiras, lhe atribuindo a alcunha de atrasados, odiosos, em outras palavras os selvagens. Foi através desse ideário que as elites brasileiras construíram a sociedade brasileira, uma sociedade permeada de privilégios políticos, econômicos e culturais para as elites e em contrapartida o abandono e desprezo pelos os mais pobres, a forma como foi cristalizada a sociedade brasileira mais tarde evidenciou o suspiro de revolta das classes subalternizadas desses país, em eventos históricos que por muitas vezes ou foi apagado inteiramente pelas elites ou de alguma forma teve sua história transformada em uma fábula.

O caráter aporóforo da sociedade brasileira só pode ser desvelada e compreendida como uma representação factual nos dias de hoje, se anterior a isso for construída uma perspectiva histórico e materialista que der a possibilidade de compreender os eventos históricos que deram origem a essa patologia no seio desta sociedade, assim, de forma suscita e introdutória, faremos alguns apontamentos sobre eventos que podem ser caracterizados como expressões da aversão ou ódio aos mais pobres no país.

No ano de 1893, no nordeste da Bahia, surge um povoado às margens do rio Vaza-Barris, que a primeiro momento ficaria conhecido como Monte Belo, esse povoado por sertanejos pobres tinha como seu líder a figura messiânica de Antônio Conselheiro, que guiara o povo para a construção de uma comunidade onde fosse um refúgio sagrado contra as secas da região e as leis seculares da República (Ventura, 1997, p. 167). Nesse povoado que viria a ser conhecido como o “Arraial de Canudos” era composto por cinco mil e duzentas casas, onde residiam cerca de 20 mil pessoas, todos aqueles que residiam eram pessoas pobres; ex escravos que não conseguiam trabalho nas cidades e retirantes das secas do nordeste.

Em Canudos, a vida era organizada em forma de comuna, os campos de plantações eram coletivos, as casas eram construídas no sistema de trabalho

comunitário, e a produção era partilhada entre os moradores do povoado, assim como os excedentes produzidos eram vendidos nas feiras das cidades próximas e o lucro utilizado para a melhoria da qualidade de vida no Arraial. A prosperidade do local passou a incomodar os fazendeiros que viviam ao redor de canudos, um povoado de pessoas pobres se alto governando se mostrava uma afronta para o poder político republicano consolidado a menos de dez anos, assim, segundo Ventura (1997), após “o atraso na entrega de madeira, comprada em Juazeiro para a construção da igreja, foi o estopim de um conflito armado, que se estendeu por quase um ano, de novembro de 1896 até outubro de 1897, ate o completo extermínio da comunidade.”

A comunidade de canudos foi completamente destruída, e sua população exterminada, cerca de vinte e cinco mil mortos, entre sertanejos e soldados do Governo, todo esse evento foi documentado no livro “Os sertões” de Euclides da Cunha, o qual escreveu uma série de reportagens e posteriormente um livro sobre os acontecimentos assim como evidência Ventura (1997);

Participou, de agosto a outubro de 1897, da quarta e última expedição. Tomou contado com uma cidade semi-destruída pelos constantes bombardeios, com seus habitantes privados de água e comida devido ao cerco do Exército. [...] Retirou-se doente de Canudos na manhã de 3 (três) de outubro, dois dias antes do fim da guerra, por causa de acessos de febre, provocados pelas condições de guerra, com pilhas de mortos e feridos, falta de alimento e noites de sono interrompidas por tiroteios.

O que se registra desse massacre ocorrido na Bahia é que não se tratava apenas do sufocamento de uma rebelião de sertanejos contra o poder local e federal, mas o sufocamento de sertanejos pobres que ousaram enfrentar os Coronéis e o Governo Federal da época, esse evento histórico marcou o confronto entre a elite urbana brasileira e os pobres e miseráveis que lutavam para sobreviver em terras áridas. O desprezo pelos mais pobres fica evidenciado nos próprios relatos de Euclides da Cunha quando estava em Canudos como afirmou Ventura (1997, p. 168);

Passeou, dentro da cidade, em 29 de setembro, como contou no penúltimo artigo para o jornal: “passeio perigosamente atraente, com os jagunços e dois passos apenas, nas casas contíguas”. Anotou, no mesmo dia, na caderneta de bolso que trazia consigo: “Não posso definir a comoção ao entrar no arraial.” Decepcionou-se com o aspecto daquela povoação estranha, cujas ruas eram substituídas por um “dédalo desesperador de becos estreitíssimos”. As casas se acumulavam “em absoluta desordem”, como se tudo aquilo tivesse sido construído “febrilmente — numa noite — por uma multidão de loucos!” Criticou a ausência de linha reta e de planejamento no traçado de Canudos. Assustou-se ainda com o interior miserável dos

casebres escuros, sem ar e com pouca mobília (Cunha, 1975:69; 1939:107-9).

A história do Ceará também é marcada por perseguições a pessoas pobres. Situado em uma região inóspita do Nordeste, as terras nordestinas são marcadas costumeiramente por longos períodos de seca, dessa forma, em 1915 o Ceará que vinha sendo atingido por uma longa estiagem que perdurava desde o ano de 1913, obrigava as pessoas do interior do Estado a migrarem para a capital em busca de melhores condições de vida, fazendo com que a chegada de retirantes à capital transforma-se todo o cotidiano dos habitantes locais, como evidencia Soares (2013, p. 2)

Os espaços urbanos, como ruas e praças, tornavam-se moradias para esses desabrigados. A cidade que, para alguns, deveria ser distinta da imagem da pobreza trazida pelos retirantes transforma-se, segundo jornalistas e memorialistas, em caos e desordem. O centro, a cada dia, recebia novos integrantes, que vinham em busca de auxílio e das frentes de trabalho.

Com o crescente aumento de retirantes na capital do Estado, os habitantes locais passou a temer a presença dos flagelados do interior, visto que, para as elites locais esse povo empobrecido representa-se como indesejáveis e perigosos assim, o medo de saques, violência gerada pela loucura da fome e a propagação de doenças, eram fatores que pressionavam o poder público a buscar nos campos de concentração uma alternativa para conter a leva de famintos que dia após dia, mais se aproximava da cidade (Soares, 2013).

A criação de campos de concentração para pessoas pobres no Ceará, representava uma alternativa viável para evitar que os retirantes chegasse até a capital Fortaleza, trazendo “o caos, a miséria, a moléstia e a sujeira, como informavam os boletins do poder público à época (Soares, 2013), assim o distanciamento do acesso ao povo pobre a Fortaleza representava uma política anti-pobre, que se registrava pela personificação da pobreza como elemento perigoso e indigno para convivência junto as classes dominantes representadas pela elite que vivia na capital.

Mais tarde na busca por fazer parte da ordem de modernização e progresso das grandes capitais brasileiras, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as elites de Fortaleza passam a categorizar a pobreza como um problema que necessita ser exterminado ou ser tratado como caso de polícia como demonstra Rios (2020, p. 4);

Tanto assim que no ano de 1923 o poder público de Fortaleza consagrou o dia 17 de fevereiro como o “Dia da Extinção da Mendicância”. A partir daquele dia tornava-se terminantemente proibido mendigar pelas ruas da capital. [...] A fome deveria ser tratada como crime e aqueles que transgredisse a nova lei, resultaria encarcerado. Essa medida aparecia como correccional, e, portanto, civilizadora.

O que se percebe é que a adoção de campos de concentração no Ceará foram um instrumento necessário para o isolamento da pobreza que causava medo nas elites de Fortaleza, contudo, esse medo não se evidencia pela representação de multidões famintas que demandavam auxílio, mas, pelo o significado que representava aquele aglomerado de retirantes pobres, que manchavam a imagem estética aos moldes parisienses que se tentava construir pelas elites nesse período.

A pobreza nesse período é banalizada pelas elites que transformava os retirantes do interior em sub-humanos dado a sua condição de pobreza e que através dos campos de concentração tornou a pobreza em espetáculo para as elites como evidencia Rios (2020, p. 6);

A miséria tornava-se espetáculo para os excursionistas. Como “tipos exóticos” devidamente enjaulados, os flagelados eram expostos aos olhares estranhos. Ao que parece, os cinco conto de réis deram aos turistas a sensação de dever cumprido. Mais uma vez, a burguesa amenizava a imagem da trágica do sofrimento dos pobres em nome da caridade.

No Brasil, as capitais sempre representaram o reduto das elites se caracterizando como um espaço privilegiado que não permitia a entrada para os chamados indesejáveis, esse retrato da exclusão das classes mais pobres do acesso aos grandes centros urbanos, quando não se demonstrava pela total exclusão, como no caso do Ceará, onde os retirantes eram impedidos de chegar a capital e realojados em campos de concentração em condição de sub-humanos, acontecia o processo inverso quando as classes subalternas eram expulsas dos centros urbanos sendo forçadas a se alocar nas periferias das grandes cidades formando os chamados subúrbios.

Em 1903 no Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil, o então presidente da época Rodrigues Alves, incumbiu ao então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos, a tarefa de revitalização do centro urbano da cidade com o intuito de modernizar a capital do país, com o objetivo de se distanciar do passado colonial e dá má reputação de uma capital não civilizada, assim como afirma (Castro, 2016);

Quando colocado em prática o projeto de modernização urbano, visando à promoção da imagem da capital brasileira, se tinha o intuito de atrair investimentos para a cidade, mas, em contrapartida, infelizmente, tal medida marginalizou a população pobre, dando início à formação de favelas em morros e terrenos de risco.

O caráter dessas reformas não se tratava apenas de modificações estruturais e sanitárias, para além disso, correspondia a um processo de higienização social que representava o afastamento das populações que viviam naquela localidade, os quais eram considerados possuidores de péssimos hábitos e que não representava as condições exigidas pelas reformas que daria a capital o ar de civilizada.

Na obra *o Cortiço* de Aloísio de Azevedo o retrato da vida urbana na cidade do Rio de Janeiro, mostrava a face do pauperismo e do abandono social sofrido pelas populações, que em grande maioria era composta de ex escravizados e emigrantes europeus pobres, a imagem das habitações dessa época se evidenciava pelas condições insalubre; no meio de mansões, palacetes e construções extraordinárias, as habitações coletivas – como os cortiços – destoavam e chamavam a atenção para a desigualdade vivida, sendo um lembrete, aos governantes, dos problemas urbanos e das desigualdade sociais (Carvalho, 2016).

Esses espaços abandonados anteriormente pelas elites coloniais agora tornados em ambientes inabitáveis e sem valor econômico, os quais foram rapidamente ocupados pelas classes subalternas, era visto pelo poder público como um ambiente que propagava doenças, assim como era reduto dos considerados desprovidos de hábitos refinados, e que por isso a reforma se fazia necessário para o afastamento dessas pessoas dos centros ocupados pela elite urbana carioca.

No lugar dos velhos cortiços foi construído uma enorme avenida de dimensões faraônicas, denominada como Avenida Rio Branco, a qual media trinta e três metros de largura e dois quilômetros de extensão, ligando o porto da capital a beira mar, dando espaço para os futuros automóveis das elites locais, como também dando espaço para os passeios luxuosos dessa mesma elite, mas, para isso foram necessárias a demolição de por volta de seiscentos imóveis, empurrando mais de oito mil pessoas para os morros constituindo assim um dos primeiros processos de favelização do Brasil, esse evento ficou conhecido na historiografia brasileira como *bota-abaixo*.

Em 1938, durante o período do Estado Novo, algo parecido assombraria as

classes mais pobres do Rio de Janeiro novamente, quando o governo de Vargas como proposta de afastamento das classes subalternas dos centros urbanos foi responsável pela construção da avenida Presidente Getúlio Vargas, construída paralela a então avenida Rio Branco que ligava o Centro do Rio de Janeiro a Central do Brasil, a qual media quatro quilômetros de extensão por oitenta metros de largura, sendo demolido por volta novecentos e cinquenta imóveis naquela localidade.

A segregação aos pobres dos espaços urbanos foi desde o início um projeto de Estado cooptado pelas elites brasileiras, o processo de favelização das cidades brasileiras representa assim uma ação própria da aversão a pobreza, e que surte efeito até nos dias atuais, como preconiza (Cortina, 2020, p. 195);

No mundo das trocas, os pobres provocam um sentimento de rejeição porque só apresentam problemas para quem, na realidade, só deseja ajuda para prosperar; suscitam desprezo quando são vistos de uma posição de superioridade, medo quando geram insegurança e, na melhor das hipóteses, impaciência para se livrar deles, impaciência do coração.

Todo esse processo de distanciamento das populações mais pobres dos centros urbanos das cidades, registrada no século XX, evidência o caráter aporofóbico da sociedade brasileira, entretanto não é apenas fatores geográficos que evidência essa patologia, mas, toda a estrutura que corresponde a fatores culturais, econômicos e de classe, os quais formam os conjuntos sociais estritamente divididos e conjurados em uma dinâmica social correspondente a uma sociedade moderna ou seletivamente modernizada. De acordo com Souza (2009), para compreender a relação entre classes privilegiadas e não privilegiadas, é necessário se atentar, aos chamados “capitais impessoais” os quais constituem toda hierarquia social e que permite a reprodução da sociedade moderna, assim;

O capital cultural, sob a forma de conhecimento técnico e escolar, é fundamental para a reprodução tanto do mercado quanto do Estado modernos. É essa circunstância que torna as “classes médias”, que se constituem histórica e precisamente pela apropriação diferencial do capital cultural, em uma das classes dominantes desse tipo de sociedade. A classe alta se caracteriza pela apropriação, em grande parte pela herança de sangue, de capital econômico, ainda que alguma porção de capital cultural esteja sempre presente (Souza, 2009, p. 21).

A sociedade moderna constitui não apenas a formatação de novas classes sociais, mas, classes premeditadas com arranjos sociais diferentes e formas de

apropriações cultural e econômicas diferentes, e por isso, a imagem da pessoa pobre no Brasil se representa de uma forma bem específica, contudo, ainda assim, de forma heterogênea, essa contradição que determina o gênero formativo das classes pobres brasileiras, corresponde tanto a especificidade de sua formação cultural e econômico quanto ao desenrolar da própria sociedade capitalista que da forma a estas representações.

O termo aporofobia surge para dar não apenas nome mais um rosto para aqueles que são vítimas desse fenômeno, no Brasil, a imagem do pobre esta intimamente entrelaçado com seu passado colonial e escravista, assim como descreve a filósofa Adela Cortina (2020, p. 52);

A aporofobia é um tipo de rejeição peculiar, diferente de outros tipos de ódio ou rejeição, entre outras razões porque a pobreza involuntária não é um traço da identidade das pessoas. Embora seja verdade que a identidade se negocia em diálogo com o entorno social, que não é estática, senão dinâmica, a etnia e a raça, com toda as dificuldades que supõe precisá-las, são um ingrediente para configurá-la.

Questões como sexo ou tendência sexual também são fatores que corroboram para a representação da aversão a pobreza, assim como questões religiosas, entretanto é perceptível que a identidade pessoal do sujeito não necessariamente corresponde a uma auto imagem da pobreza, pois, sendo de forma involuntária não pertence à identidade de uma pessoa, nem é uma questão de opção, a pobreza assim como é dada secularmente como de responsabilidade dos sujeitos, acaba por ter atribuições diferentes quando se trata da sociedade moderna capitalista, a condição do pobre nesse modelo de sociedade se concentra a partir da condição de despossuído, visto que, não é aquele que tem a ausência de algo material por sua ação própria, ao contrário, se representa de forma involuntária, pois, representa aquele desapropriado dessas condições ou da capacidade de construir tais condições devido a fatores alheios a sua própria vontade.

De certa forma, a pobreza se mostra como a carência de meios necessários para sobreviver, porém não é apenas isso. A pobreza se configura como a perda da liberdade, pois, esta ausência de liberdade se evidencia com a impossibilidade do sujeito não só de alcançar seus propósitos de vida, mas, da não capacidade de acesso a bens e serviços necessários para sua perpetuação como sujeito. Sendo assim, portanto, se uma pessoa precisa escolher entre o alimento ou um curso

profissionalizante, não se pode dizer que essa pessoa teve uma livre escolha (Soares, 2022, p. 52).

As considerações pertinentes feitas pela filósofa, Adela Cortina, quando evidência o caráter estrutural da sociabilidade moderna como fator contributivo para a expressão do fenômeno da aporofobia, representa em sua maioria, se tratando do Brasil, estruturas que se apresentam de forma inflamada, devido ao longo distanciamento existente entre as classes sociais, assim como, o crescente aumento da heterogeneidade das classes subalternizadas. As réguas que demarcam as diferenças entre os mesmos grupos sociais, que apresentam de forma sutil certas diferenças culturais e econômicas dão a falsa ideia de distanciamento entre os sujeitos, como por exemplo; aquela pessoa que se encontra na condição de rua e aquela na condição de aluguel.

Em ambos os casos, o que se demonstra é a existência de uma insegurança habitacional, contudo, a distanciamento entre esses dois sujeitos esta posta na condição que um deles ainda mantém condições materiais de permanecer “abrigado”, assim, ainda lhe é permitido o privilégio de ter uma moradia segura, desde que esse possa permanecer contribuir com o sistema de mercado e consumo da sociedade capitalista, posto nessa situação o sujeito esta impossibilitado de assumir os direcionamentos da sua própria vida.

No tópico 3.2 tratamos de discutir sobre os elementos que caracterizam o sentimento aporóforo da sociedade brasileira, contemplando ilustrações que possibilitam a compreensão do surgimento dessa patologia social enraizada na sociedade brasileira, contudo, para avançarmos o debate precisamos trazer unido as caracterizações feitas anteriormente em um panorama dos desdobramentos causados por esse fenômeno na sociedade atual, para isso, é necessário construirmos uma perspectiva analítica que apreenda de forma clara os elementos constitutivos da nova dinâmica social incluindo a expressão da imagem da aversão a pobreza.

As novas dinâmicas sociais que correspondem aos desdobramentos das organizações políticas, econômicas e sociais das sociedades modernas traz consigo novas configurações que são estruturas chaves para a representação do ódio aos mais pobres. O modo de produção capitalista, como foi anteriormente mencionado no tópico 2.2, se caracteriza por ser um organismo político, econômico e social que se encontra em permanente crise, a necessidade da crise estrutural desse organismo,

altera diretamente a morfologia do trabalho e tais transformações acabam por atingir aquelas classes que vivem da venda da sua força de trabalho, colocando em risco sua sobrevivência e por com seguinte sua relevância social.

Essas alterações no metabolismo social do capital representam para as sociedades capitalistas as novas dinâmicas que essa estrutura exige, principalmente quando faz menção a questões referente ao mundo do trabalho, assim como afirma Antunes (2005, p. 27);

Em verdade, o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho parcial – part time - , terceirizado, precarizado, dos trabalhadores hifenizados de que falou Hum Beynon, da classe-que-vive-do-trabalho de que falei em Adeus ao trabalho? e que se encontra em explosiva expansão em todo o mundo produtivo e de serviços.

Esses processos que não atingem somente a economia e a política, mas que afetam as formas de sociabilidade deformando também as formas culturais, as subjetividades, as identidades coletivas, dão espaço a um cenário, conservador que contribui para o acirramento da luta pela sobrevivência entre indivíduos de um mesmo grupo social dando novas ilustrações as expressões da questão social como afirma lamamoto (2008, p. 144);

A “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Fratura esta que vem se traduzindo na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social.

Essa impregnação que é resultante das mistificações do capital, se expressão na vida social como por exemplo com o reafirmamento do discurso meritocrático retornando aos indivíduos a responsabilidade das suas próprias lamurias. Dentro do processo produtivo o trabalhador se depara com o discurso da “capacitação técnica” para o trabalho, isto é, a resposta do mercado para o desemprego estrutural imposto pela nova ordem capitalista, se caracteriza pela incapacidade dos trabalhadores de atuarem com as novas tecnológicas.

Em suas obras e palestras, o sociólogo do mundo do trabalho, Ricardo Antunes evidencia que a nova dinâmica do capital, trás novas formas de imaginar o trabalho, o trabalhador agora não é mais um funcionário, mas seu próprio patrão, assim como

funcionário da sua própria empresa onde o único funcionário desta empresa é ele mesmo, tornando supérflua uma parcela enorme da força de trabalho humana mundial que trabalha, da qual cerca de um terço está realizando trabalhos parciais, precarizados ou desempregada (2005, p. 42).

A questão que surge é, como todo esse panorama contribui para o aumento do comportamento aporóforo? Bem, as novas dinâmicas sociais são caracterizadas pelo alargamento das desigualdades sociais e da exclusão social, assim, em uma ordem política, econômica e social neoliberal o acirramento entre os grupos sociais se tornam fatores determinante para a sobrevivência dos indivíduos.

Os elementos culturais que se torna artifício essencial para a cristalização do neoliberalismo enfatiza a meritocracia como ponto chave do sucesso, assim como, acentua que os indivíduos fracassados devem ser desprezados pela sua incapacidade de prosperar, o véu da ideologia que perpassa a vida dos sujeitos sociais os transformando em fiscais da prosperidade alheia, assim como, uma régua moral para os outros sujeitos se tornando um exemplo factual que o problema não está no modelo de produção ou na sociedade, mas, na sua ineficiência para se adequar a este modelo.

O ódio para com as pessoas mais pobres surge revestido nos discursos de prosperidade, que encobre as verdadeiras causas das desigualdades entre os homens, o discurso de ódio representado através da arte e da cultura torna-se também por excelência um instrumento de perpetuação das desigualdades sociais. Assim, portanto, para o tópico 3.3 trataremos de desvelar como o discurso de ódio, representado através da arte e da cultura e cristalizado no ideário da sociabilidade brasileira, é utilizado como instrumento de perpetuação das desigualdades sociais no Brasil, e como essas representações aporóforas contribuem diretamente para o aumento da intolerância com pessoas em condição de pobreza.

3.3 O discurso de ódio como instrumento de perpetuação das desigualdades sociais no Brasil.

Não há dúvidas que vivemos em uma sociedade contraditória na política, na economia e na organização social, os resultados dessas contradições constrói uma estrutura orgânica de relações conflituosas com inúmeras manifestações e representações diferentes. Se tratando da aversão a pobreza, essas estruturas

formativas se manifestam e se representam de diversas maneiras entorno dos elementos formativos da organização social, dando origem a uma sistematização do preconceito, através da cristalização do fenômeno.

No tópico anterior tratamos de demonstrar como a sociedade brasileira moldouse entorno do sentimento de aversão a pobreza, essa natureza aporófoba permeada no entorno das relações sociais trazem consigo desdobramentos das suas próprias expressões. Assim, uma sociedade que se constrói sobre o ímpeto da intransigência aos mais pobres acaba por expressa em suas forças de agir perante o diferente de formas negativas, assim, trazendo efeitos dessa construção em todos os âmbitos da vida em sociedade.

Segundo Soares (2022, p. 16) “Em uma análise social, a aporofobia se manifesta porque o atual sistema econômico capitalista pressupõe que as relações sociais sejam determinadas não só por transações monetárias de troca de bens e serviços, mas pela permuta social, uma relação de troca de retribuições” Dessa forma, não necessariamente essa relação de troca se representa em valores monetários uma vez que é possível se obter outras formas de valor, sem se fazer o uso de dinheiro.

Nessa relação de dar e receber o pobre se apresenta como um personagem desprovido dessa capacidade, isto é, independente da forma de valor necessária para legitimação no meio social, o pobre é incapaz em qualquer circunstância de manter o fluxo dessas relações se tornando assim uma vítima da aporofobia social. De igual forma, a aporofobia se justifica socialmente pela manutenção da reputação do grupo, já que a presença do pobre em grupos hierarquicamente superiores macula a imagem do grupo social (Soares, 2022, p. 17).

De acordo com Benjamin (1921) o homem aceita a ideia de que o caráter pode ser lido através de traços físicos de uma pessoa, porque assim se encontra de algum modo em si o mesmo saber do caráter. O caráter personificado em características físicas contempladas por Benjamin pode ser traduzido como uma expressão do modo de vida adotado por cada indivíduo e que se tratando de grupos sociais distintos se representam de formas bem diferentes, assim, o estilo de vida adotado por cada indivíduo, as roupas que usa, os produtos que utiliza, o modo como organiza a casa, enfim, delimitam o espaço social, denunciando se o indivíduo pertence a elite, ou à classe popular (Soares, 2022).

No Brasil, a classe média tem um papel determinante para a personificação do pertencimento dos grupo sociais, visto que, na soberba de manter a reputação do

grupo social adota uma consciência que ignora os problemas que afetam as classes sociais subalternas o qual é bem representada na música “Classe Média”, de Max Gonzaga (2016);

Mas eu “tô nem aí”
 se o traficante é quem manda na favela
 Eu não “tô nem aqui”
 Se morrer gente ou tem enchente em itaquera
 Eu quero é que se exploda a periferia toda
 Mas fico indignado com estado quando sou incomodado
 Pelo pedinte esfomeado que me estende a mão (Classe média, 2016).

Ocorre nessa música, um retrato marcante do ideário da Classe Média que se põem em uma posição onde a pobreza não é de sua responsabilidade e que nem deve ser alvo da sua importância até o ponto que lhe incomoda como é refletido na sequência da música.

Mas se o assalto é em moema
 O assassinato é nos “jardins”
 A filha do executivo é estuprada até o fim
 Aí a mídia manifesta a sua opinião regressa
 De implantar pena de morte, ou reduzir a idade penal
 E eu que sou bem informado concordo e faço passeada
 Enquanto aumenta a audiência e a tiragem do jornal (Classe média, 2016).

Por fim, o compositor traz o desfecho da consciência da classe média representando-a no fim da música “Classe média” (2016) quando diz que “Toda tragédia só me importa quando bate em minha porta, porque é mais fácil condenar quem já cumpre pena de morte”. Esse elemento que corresponde ao ideário das camadas médias representa uma expressão do fenômeno da aversão a pobreza manifestada através do discurso de ódio.

Dessa forma, o discurso de ódio como um mecanismo de perseguição a grupos sociais específicos, e que por muitas vezes consiste em grupos em algum tipo de vulnerabilidade social, se torna um instrumento necessário para a perpetuação das condições de desigualdades sociais existente entre os grupos. Uma característica desse discurso é ter em comum o fato de se dirigirem a um indivíduo por pertencer a um determinado coletivo; estigmatizando esse coletivo, convertendo-o em alvo do ódio, difamando o com relatos espúrios e teorias científicas que presumivelmente demonstram seu caráter desprezível (Cortina, 2020, p. 58).

A necessidade de se debater sobre o discurso de ódio, se torna algo

extremamente urgente devido aos resultados cada vez mais radicais de sua expressão, uma vez que não se trata apenas de uma expressão que fere a honra ou a dignidade de um sujeito ou de um grupo, mas engloba também prejuízos econômico, político, culturais e na sua forma mais extrema causa a morte ou extermínio de grupos sociais.

A liberdade de expressão que se representa como uma das conquistas das chamadas sociedades democráticas o qual consiste no direito dos cidadãos de exercer seu poder de fala, isto é, de expressar sua opinião referente aos elementos existentes na sociedade é, em muitos casos, um instrumento que trás consigo uma roupagem do discurso do ódio, para Cortina (2020, p 57), Apesar de se referirem a coletivos muito diferentes e utilizando formas de expressão muito diversas (ironia, sátira, desprezo, incitação à violência ou séria ameaça), os discursos de ódio são na realidade tão antigos quanto a humanidade e tão extensos como a totalidade das culturas.

Assim, a autora complementa afirmando que;

Nas sociedades com democracia pluralista, a novidade é agora tripla, porque, por um lado, esses discursos chegaram a ter um tratamento jurídico, podendo ser considerados em alguns casos como “crimes de ódio”; em segundo lugar, é quase impossível controlá-los legalmente no ciberespaço; e, por outro lado, uma sociedade madura se pergunta cada vez mais se esse tipo de discurso não é um obstáculo para se construir uma convivência democrática (2020, p. 57).

Apesar da liberdade de expressão ser um direito básico de toda sociedade democrática, o entendimento do seu significado se torna um desafio não apenas para a garantia deste direito, mas um desafio para as relações interpessoais. No Brasil a liberdade de expressão está assegurada pela Constituição Federal de 1988, pois, consiste em um direito ligado a própria natureza humana na forma de se relacionar com entes da sociedade. De acordo com Silva (2012 p. 38), “a Constituição brasileira 1988 abraçou os direitos humanos, consagrando-se, principalmente, na parte de direitos e garantias fundamentais, mas também se faz presente em outros títulos da carta maior”.

Assim, o direito de se expressar livremente não é apenas uma garantia constitucional, mas se caracteriza por um direito humano universal, que é a representação de visões diferenciadas acerca do mundo, como também torna os indivíduos integrantes da sociedade como atores e destinatários de sua própria

história. Contudo, essa liberdade não pode e nem deve ser absoluta, uma vez que devido ao seu caráter generalista do espaço para que indivíduos utilizem dessa liberdade como mecanismo para legitimar a violência contra outros indivíduos.

Dessa maneira, tanto o discurso de ódio como a liberdade de expressão se apresentam como uma discussão permeada de questionamentos que se concentra no direito a liberdade. De um lado se encontra a necessidade de garantia que indivíduos façam usufruto de sua liberdade de expressar suas opiniões livremente, em contrapartida surge nas discussões a necessidade de garantir a “autoestima” de indivíduos vítimas desse tipo de violência, dessa forma;

A liberdade de expressão é irrenunciável em uma sociedade aberta, na qual se possa expressar e escutar as diferentes vozes. Proibir determinadas expressões pode ser uma desculpa, habitual nos totalitarismos, [...] porém, em segundo lugar, também é verdade que a liberdade de expressão tem limites quando lesa bens juridicamente protegidos, e os discursos de ódio podem causar dano a esses bens (Cortina, 2020, p. 59).

Na sociedade brasileira, o discurso de ódio se apresenta como um instrumento necessário e eficaz para a perpetuação das desigualdades sócias, o ato de deslegitimar os indivíduos ou os grupos sociais faz parte do ideário sócio cultural dessa sociedade como foi evidenciado essa visão a partir da ótica da Classe média. A liberdade de expressão em um país como o Brasil, sempre se demonstrou um desafio, devido os diversos processos de cerceamento das liberdades individuais e coletivas durante o seu processo sócio histórico, assim não só as concepções mas as próprias expressões dessa liberdade criam dentro do seio da sociedade brasileira um ambiente conturbado. Não é necessário procurar a fundo para encontra diversos casos de discurso de ódio revestidos como se fossem expressões da liberdade de opinião, assim sendo uma prática comum às classes políticas, humoristas e a classe média. A banalização da liberdade de expressão para disseminar o ódio em meio a sociedade, sempre foi comum na arte e na cultura brasileira.

É comum em programas de TV a criação de caricaturas com pessoas em algum tipo de vulnerabilidade social, no ano de 2013 por exemplo, aos sábados na TV aberta, o programa Zorra Total, apresentava ao publico uma caricatura do pobre e da pobreza em vários episódios ao longo do ano. No episódio intitulado “As dicas da assistente social que ama os pobres”, mostrava uma “profissional” assistente social voluntária que estava lá prestando esse serviço por amor aos pobres, a caricatura além de ser

ofensiva se mostrava odiosa, quando transforma o pobre e a pobreza em algo vergonhoso ou vexatório e que apresenta a pessoa pobre como iletrada, mal-educada e incapaz de tomar as próprias decisões, além disso, representando a pobreza como uma condição voluntária e que por ser assim, tira da pessoa pobre seu protagonismo, e que dessa forma, suas escolhas são e devem ser tomadas por terceiros e que seu papel na sociedade deve se apresentar com uma atitude de aceitação voluntária e gratidão incondicional aos destinos que lhe dão.

As auto imagens criadas nas caricaturas da arte e da cultura obscurecem as reais posições em que se encontram os indivíduos, pois, as narrativas passam a colocar os indivíduos em lugares e papéis distanciados da sua verdadeira realidade, assim é a relação das camadas médias com as camadas populares. A visão construída pela classe média que se apresenta como um grupo social tão distante dos grupos subalternos e tão próximo das elites é uma construção que corresponde ao imaginário da sociedade do consumo e da troca, assim por exemplo:

Carlos Alberto acorda todos os dias cedo e vai trabalhar em seu carro de segunda mão que só conseguiu comprar depois de um consórcio, atravessa a cidade sem ter que pegar um ônibus, um trem cheio ou uma baldeação de metrô, ainda que o preço da gasolina esteja extremamente caro. Carlos Alberto sabe que ganha mal e tá cansado de ser pago pelo trabalho de três e de aturar a burrice do seu chefe enquanto luta muito para pagar a mensalidade da sua faculdade particular, mas, como seu sonho é ficar milionário e pagar uma casa para sua mãe, ainda adotou a filosofia de que é melhor trabalhar enquanto os outros dormem, fazendo bicos de Uber nos fins de semana é um cidadão-de bem, honesto e trabalhador do jeito que foi educado para ser (Normose, 2022).

O retrato do Homem trabalhador dedicado exclusivamente para o trabalho, sem vícios e bem-educado é a personificação perfeita das classes médias brasileiras. Aquele “cidadão-de-bem”, visto como bem-sucedido, pois, transpôs todas as adversidades para conquistar seus objetivos é este o imaginário construído para exemplificar um modelo de indivíduo produtivo digno a ser seguido, e que por essa ser a imagem de indivíduo que precisa ser naturalizada e que;

Carlos Alberto fica “puto” quando para no sinal é ver mais uma cara pedindo dinheiro, não aguenta mais ver a rua entupida de “noias” o tempo todo querendo alguma coisa, afinal aquela cara poderia está trabalhando, “ralando” que nem ele, pagando seus impostos, buscando oportunidades, sem beber, sem fumar, sem consumir drogas e sem mamar nas tetas do Estado com suas bolsas esmoladas (ibid, 2022).

Dessa forma, a imagem que reflete a pobreza reflete também a aversão a ela, e assim obscurece a real relação existente no processo que corresponde aos seus significados, sendo representando assim como um declínio moral ao invés de estrutural. É assim, a compreensão da realidade fica dividida entre aqueles que lutam pela sobrevivência e consegue desfrutar dos poucos privilégios de ter lucros e aqueles que não são vistos, a não ser que seja necessário marginalizá-los como por exemplo:

Maria com seus três filhos, na porta de uma igreja, oferecendo panos de prato para quem passa é na maioria das vezes ignorada, e quem passa pensa que Maria esta explorando seus filhos para conseguir esmolas, contudo, não entende que ela esta ali na companhia de seus filhos, pois, não tem com quem os deixar e que seu marido se encontra trabalhando em uma construção e apesar de labutar das seis às seis no sol, o dinheiro não da para pagar as contas e nem os custos das crianças (ibid, 2022).

A história das várias Marias representa o retrato das desigualdades sociais do Brasil, assim como os vários Silvas que a estrela não brilha, como retratado na música “Rap do Silva” (1996) do MC Bob Rum. O Silva é o personagem comum da sociedade brasileira, pois, e o indivíduo da periferia que trabalha para sustentar sua família e que tem nos pequenos lazeres a possibilidade de amenizar o lado penoso da sua vida.

Era trabalhador, pegava o trem lotado
Tinha boa vizinhança, era considerado
E todo mundo dizia que era um cara maneiro
Outros o criticavam porque ele era funkero
O funk não é modismo, é uma necessidade
É para calar os gemidos que existem nessa cidade (Rap do Silva, 1996)

Contudo, O Silva também é marcado pela violência produzida pela sua própria condição de desigualdade e que por muitas vezes os custos dessas desigualdades são pagos com a própria vida, pois, se encontra em um contexto onde a segurança não é uma realidade. É assim;

Naquela triste esquina, um sujeito apareceu
Com a cara amarrada, sua alma estava um breu
Carregava um ferro em uma de suas mãos
Apertou o gatilho sem dar qualquer explicação
E o pobre do nosso amigo, que foi pro baile curtir
Hoje com sua família ele não irá dormir (Rap do Silva, 1996)

Um elemento importante evidenciado nessa composição musical é que ao mesmo tempo que ela retrata um indivíduo comum, a sua história de vida e o seu fim

trágico, ela demonstra também a face da aporofobia, pois, o Silva como uma representação do pobre brasileiro, morre todos os dias vítima de algum tipo de violência marcada pelas desigualdades sociais, contudo, sua história não cria notoriedade publicamente porque se trata justamente, de só mais um Silva.

No Brasil, onde as desigualdades sócias são tão latentes a discussão sobre a existência de um comportamento odioso contra pessoas pobres só vai toma espaço no debate nacional mesmo que ainda de forma sútil a partir do ano de 2020, através das denúncias do Padre Júlio Lancellotti e da Pastoral do Povo da Rua, de São Paulo.

A imagem de um Padre idoso debaixo de um viaduto marretando blocos de paralelepípedo instalados pela prefeitura da cidade de São Paulo, para impedir que pessoas em situação de Rua durma naquele local ganha notoriedade na mídia nacional denunciando o caráter aporóforo do Estado brasileiro ao tratar a questão da pobreza. Aquele gesto realizado pelo Padre Júlio desencadeou o desvelamento de uma serie de outras estruturas odiosas espalhadas pela cidade de São Paulo e por diversas cidades brasileiras e que foi categorizado como arquitetura hostil.

A característica da arquitetura hostil representa uma das formas as quais o Estado e os comerciantes encontraram para distanciar pessoas em situação de rua, da frente dos comércios e dos centros urbanos. A instalação de grades, lanças e muros para impedir a aproximação às residências ou estabelecimentos comerciais, a substituição de bancos de madeira por bancos de metais nas praças, o encharcamento das calçadas públicas com água e a violência policial são exemplos de ações tomadas pelo Estado para “Solucionar” o problema do crescente aumento das populações em situação de Rua.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Brasil, 2022), entre os anos de 2019 e 2022, a população em situação de rua no Brasil cresceu 38%, atingindo 281.472 pessoas. Em uma década, de 2012 a 2022, o crescimento desse segmento da população foi de 211% o que corresponde a um aumento superior à da população brasileira na última década, que cresceu apenas 11% entre 2011 e 2021. Na primeira estimativa nacional, feita em 2015, foram utilizados dados oficiais fornecidos por 1.924 municípios. No início da pandemia, a estimativa foi atualizada até março de 2020, e mostrou que 1.940 municípios tinham 124.047 pessoas em situação de rua. Já em 2021, dos 1.998 municípios com dados computados reuniam 181.885 pessoas nessa situação, assim, para 2020 e 2021, os números estimados da população em situação de rua era, respectivamente, 214.451 e 232.147 pessoas.

O crescente aumento das populações em situação de rua, nos últimos anos despertou o alerta sobre os prejuízos de ter essas pessoas se aglomerando cada vez mais nos espaços urbanos das cidades, e assim uma das iniciativas dos Governos Municipais e Estaduais foram a intensificação das chamadas arquiteturas hostis e das campanhas contra a doação de dinheiro a pessoas em situação de rua, essas campanhas que trazia os slogans “Não dê esmolas, dê oportunidade” ou “Não dê esmolas, dê cidadania” marcaram no período da pandemia da Covid-19 o retrato aporófono do Estado brasileiro.

Diversos municípios brasileiros passaram a apresentar nas suas páginas oficiais e nos logradouros propagandas anti-pobres, isto é, campanhas as quais colocava a questão da pobreza como uma condição voluntária. Destaca-se que o caráter dessas propagandas se apresentava com discursos preconceituosos e generalistas onde apresentava o pobre como um indivíduo oportunista e que a benevolência das pessoas para com os pobres, representava a perpetuação de um ciclo de dependência.

Uma representação da aversão a pobreza é a própria criminalização dessa condição, assim como a responsabilização do indivíduo pela sua condição lhe atribuindo ainda juízo de valor que muitas vezes não corresponde com clareza a realidade destes indivíduos, como foi facilmente evidenciado no Site da Prefeitura de Promissão – São Paulo.

Quando você doa dinheiro, você estimula a pessoa em situação de rua a permanecer na situação em que se encontra. O seu dinheiro serve somente para alimentar a vício da droga e do álcool. Queremos incentivar o uso adequado e comunitário dos espaços públicos, oferecendo oportunidades reais e garantir os direitos da população em situação de rua, o que vai muito além do assistencialismo e do voluntarismo (Prefeitura de Promissão, 2019).

Toda a narrativa que a doação de dinheiro beneficia a condição e permanência de pessoas em situação de rua, demonstra o desinteresse do Estado de apresentar u medidas adequadas e eficaz para a resolutividade da problemática como também é uma estrutura que se consolida a partir da criminalização da pobreza e da recriminação dos indivíduos socialmente improdutivos. Nessa lógica indivíduos não inclusos no sistema produtivo, isto é, aqueles que não estão contribuindo para a reprodução do sistema, não deve ser alcançado pelo Estado e nem deve ser objeto de benevolência da sociedade, pois, este indivíduo representa a incapacidade por si

só de se adequar ao modo de produção e por isso deve ser rejeitado, criminalizado, e afastado da convivência social.

Para o Padre Júlio Lancellotte, em entrevista ao G1, “com o aumento da miserabilidade e da pobreza na população, o número da população de rua também aumenta. E proporcionalmente aumenta a rejeição. Com isso cresce também a hostilidade, o rechaço e essa arquitetura hostil” (2021), dessa forma;

A grande proposta que a Adelia Cortina coloca é sair da hostilidade para a hospitalidade, em relação a imigrantes, migrantes e refugiados. Ela coloca bastante a questão da Europa em relação aos refugiados. Aqui no Brasil as populações de rua são refugiadas urbanas porque ninguém os quer. Eles incomodam em todo lugar. Eles são pressionados a viver apenas em campos de refugiados, que nós chamamos de nomes bonitos, como “Centros de Acolhida” (G1, São Paulo, 2021).

O que o Padre Júlio em suas ações procura demonstrar é que se deve romper com o tratamento de hostilidade e propor o acolhimento desses indivíduos, dessa forma, existe a necessidade de acolher para poder ajudar a transformar. A luta de Lancelotti pela abertura da discussão sobre como tratamos os nossos despossuídos, veio ao longo dos anos deixando cada vez mais explícito as formas de como lidamos as questões pertinentes a pobreza. Contudo, se por um lado a iniciativa do padre angariou apoio de pessoas complacentes com a “questão dos pobres” por outro acumulou uma série de inimigos resistentes a ideia de solidariedade.

A aporofobia como um fenômeno social representado pela construção social do ódio e da aversão a pobreza, ainda não foi esclarecida na sociedade brasileira, em partes devido a construção sócio histórica da sociedade a qual sempre se representou por um rechaço a pessoas pobres, em outra pela dificuldade de conceituação do próprio fenômeno. Sendo assim, através do Observatório de Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga se iniciou o processo de aproximação do significado conceitual desse fenômeno trazendo para a realidade Latino-americana, como descreve Paulo Escobar (2023);

Uma das questões que começamos a perceber com o tempo, foi a necessidade de tornar o termo mais acessível, mais próximo das vítimas de aporofobia, entendível, levando em consideração que grande parte da população brasileira não sabe ler grego ou não tem intimidade com termos nessa língua. Para que as vítimas possam se apropriar de sua luta é necessário que tomem o termo de forma mais acessível e entendível, até para que possam identificar e denunciar o mal que sofrem.

De fato, quando mencionamos o termo aporofobia para aqueles que não estão familiarizados, a primeiro momento demonstra uma estranheza total sobre o significado e representação desse fenômeno e com isso de fato era necessário desvelar esse termo para que as pessoas possam se familiarizar e si identificar facilmente tornando mais fácil e acessível a sua apropriação. Diante disso, a proposta criada por Escobar & Lancelotti foi a modificação do termo que deixaria de ser apresentado como “Aporofobia” e passaria a ser chamado por “Pobrefobia” dessa maneira seria possível representar com clareza e de forma imediata de que se trata o termo dando a possibilidade de uma maior popularização como explica Escobar (2023).

Com o termo pobrefobia, podemos começar a produção de materiais sobre este mal, a partir da nossa realidade, pensando que a pobreza atinge da mesma forma as pessoas ao redor do planeta, mas que há particularidades dos pobres no nosso continente. Cunhamos um termo para traduzir a aporofobia, mas esse termo não é nosso, ele tem que ser de todas as pessoas que lutam contra este mal, principalmente dos pobres que são as vítimas, que sofrem precisa saber o preconceito do qual é vítima.

O sentimento da aversão a pobreza agora evidenciado e adequado para o contexto Latino-americano se torna instrumento necessário para o processo educativo tanto para as vítimas como também para aqueles que possa adotar a postura de um potencial violentador. Como sabemos e podemos perceber, de alguma forma todos nós carregamos a herança de sermos aporóbos e mesmo que ainda não se possa vislumbrar uma sociedade onde não exista esse sentimento odioso por outros indivíduos é possível agora mostrar para as pessoas que os pobres não são culpados pela pobreza e que assim existe uma necessidade de apontar os motivos que levam a essa pobreza para que seja invertida a lógica que ataca os pobres e não a pobreza.

Até o momento algumas conquistas foram possíveis desde que a discussão sobre a aversão a pobreza ganhou notoriedade no cenário nacional, por exemplo, a Lei 14.489, de 2022, conhecida como “Lei Padre Júlio Lancelotti”, que modificou os Estatutos das Cidades, vedando a construção de arquitetura hostil nos espaços urbanos, o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal da proibição de recolhimento de bens e pertences de pessoas em situação de rua, assim como a remoção forçada dessas pessoas dos espaços públicos e também o transporte para abrigos sem a sua autorização assim como a elaboração de planos de ação para a promoção de políticas públicas que versem sobre o cuidado para pessoas em situação

de rua, colocando novamente em discussão a Lei 7.053/2009 que versa sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

No Brasil, onde a sociedade acostumou-se a viver entre as desigualdades sociais, se torna complexa vislumbrar caminhos que possibilitem o imaginário de uma sociabilidade mais justa e solidária. Enxergar a realidade brasileira como ela se dá no presente momento é retratar a imagem de um funil inversamente, onde o fundo parece cada vez mais largo e o topo cada vez mais estreito, essa é a imagem das desigualdades nesse país, ela não se apresenta mais de forma ortodoxa, destruindo indivíduos habituais como sempre foi, ao contrário ela coloca todos em uma mesma condição, que é a de sobrevivência.

E as diferenças que antes se representava como uma estrutura bem mais sólida, pode ser retratada de uma forma bem mais fluída, onde todos podem ser vítimas e violentadores, afinal quando se fala da classe que vive do trabalho, a distância entre um fim de semana na praia e uma vida debaixo de um viaduto, se representa apenas por quanto tempo ainda se permanece capaz de produzir um meio de sobrevivência, isso é suficiente para demonstrar o quão frívola e a vida no capitalismo, e mesmo que ainda possa se parecer impossível vislumbrar uma sociabilidade pós-capitalista a necessidade de uma alternativa se torna urgente.

Ainda é possível fazer mediações nesse modelo de sociedade, mas a muito tempo vários autores vêm evidenciando que a alternativa para a sobrevivência da humanidade e do ser social se representa por uma transformação radical da vida em sociedade, uma transformação que corresponda a superação de dilemas e contradições enraizadas nesse modelo de sociedade, pois, dessa forma, ou se supera a sociedade capitalista ou o fim da humanidade se representara pela barbárie.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o que fora abordado nesta produção, foi possível fazer uma construção objetiva do fenômeno da aporofobia, no qual podemos observar que tal fenômeno, mesmo que ainda pouco evidenciado, se mostra parte integrante de todas as sociedades, não se mostrando como um fenômeno novo. O ódio ou a aversão a pobreza se mostrou um sentimento basilar para a formação das sociedades contemporâneas se demonstrando como um instrumento necessário para a

perpetuação das desigualdades sociais, contribuindo assim para a manutenção das ordens societárias determinadas pela dominação de um grupo social pelo outro.

A sociabilidade burguesa ou capitalista transforma, como se bem sabe, as relações de produção e relações sociais em organismos situados em estruturas de exploração e dominação, todo o aparato estrutural que corresponde a essa sociabilidade se representa quando no processo sócio histórico indivíduos são transformados em objetos de valor e tem sua participação na sociedade representada a partir de quanto ele tem e pode oferecer transformando as relações entre os homens, em um perpetuo ciclo de troca e venda de mercadorias.

Através dessa produção, pode observar-se que o resultado dessas transformações resulta em exclusão e extermínio daqueles grupos que involuntariamente não conseguem mais se perpetuar nas relações de trocas demandas pelo ordenamento social do capitalismo. Dessa forma, tais indivíduos de forma inconsciente pagão o preço por serem involuntariamente improdutivos, tendo suas histórias inviabilizadas e relegadas a cidadãos de segunda classe, restringindo-se a viver sob o julgo da fome, da miséria e da estigmatização.

É fundamental destacar que em uma sociedade marcada por um longo processo de dominação imperialista e que conserva em suas raízes históricas um passado escravocrata as representações das desigualdades sociais se mostram ainda mais latente, como é o caso do Brasil. O ódio e a aversão a pobreza como um fenômeno social enraizado na sociedade brasileira, conversa todas as características que correspondem a um passado de dominação, e que por isso tem como base no ideário do seu povo uma repulsa irremediável contra pessoas pobres e as manifestações da sua pobreza.

Outro aspecto relevante da discussão, foi poder sintonizar o fenômeno da aporofobia como uma representação também da questão social, o que possibilitou assim inserir o serviço social no campo das discussões referentes a este fenômeno, dando espaço para futuras contribuições com o vislumbre de novas perspectivas de abordagem da temática podendo assim contribuir para direcionamentos que possibilitem o enfrentamento e o combate da aporofobia/pobrofobia na realidade brasileira.

Em síntese, a temática abordada nessa produção se demonstra essencial frente ao debate da garantia do direito de ser, se os fenômenos da xenofobia, do racismo e da homofobia ao longo da história vem ganhando cada vez mais visibilidade

e angariando diversas formas e frentes de enfrentamento, se faz necessário também garantir que a Aporofobia seja uma temática de discussão não de forma unilateral, mas, contemplando todos esses outros elementos que são pertinentes da discussão sobre o ódio aos mais pobres.

Portanto, aprofundar a discussão sobre esta temática nos possibilita compreender o quanto nossa sociedade está doente e como se encontra longe da superação dessa doença e que a manifestação dessa patologia não representa um mal voluntário, mas, que corresponde a um processo estrutural que produz uma série de ciclos como esse, onde o ódio, o desprezo e o rechaço é a melhor resposta para aqueles que perderam a utilidade. Dessa forma, só é possível avançar mantendo diálogos abertos e elucidativos que contribuam para a formação do pensamento crítico e criativo para as transformações necessárias para a construção de uma sociabilidade justa e solidária.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e acentralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo; Cortez, 2015.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

AZEVEDO, Aluísio. O cortiço. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997.

ACAYABA, Cíntia e RODRIGUES, Rodrigo. Aporofobia: conheça o significado da palavra usada em campanha por Padre Júlio Lancellotti no país. **G1**, São Paulo, p. , 10 dez. 2021.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Acumulação capitalista, fundo público e Política Social. 2009 In: BOSCHETTI, Ivonete, et al., **Política Social no capitalismo: Tendências Contemporâneas**. 2°. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BENJAMIN, W. **DESTINO E CARÁCTER (1921)**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/benjamin/1921/mes/90.pdf>>.

BOCCATO, V.R.C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v.18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CATÁLOGO. **Catálogo - Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Disponível em: <<https://catalogo.ipea.gov.br/politica/61/politica-nacional-para-a-popula-cao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Três, 1984.

Classe Média - Max Gonzaga. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/max-gonzaga/471737/>>.

CHAGAS, E. F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Trans/Form/Ação**, v. 36, n. 2, p. 63–84, maio 2013.

ELAINE ROSSETI BEHRING; BOSCHETTI, I. **Política social**. [s.l.] Cortez Editora, 2017.

ESCOBAR, Paulo. Pobrefobia. JUDAS, as botas de, 21/05/2023. Disponível em: <https://judasasbotasde.com.br/opiniao/pobrefobia/>.

Rap do Silva - Bob Rum. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/bob-rum/295798/>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____, Marilda Vilela. **Serviço social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed-São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 13. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

JOSÉ PAULO NETTO; BRAZ, M. **Economia política**. [s.l.] Cortez Editora, 2009.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 23. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2010.

LABRONICI, R. B. ANTUNES, Ricardo (org.). 2020. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 333 pp. **Mana**, v. 27, n. 1, p. e271803, 2021.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social**- os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: LECH, 1979.

RIOS, K. Condenados da Terra: o confinamento dos pobres em Campos de Concentração no Ceará, Nordeste do Brasil. **Mester**, v. 49, n. 1, 2020.

MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial : [o homem unidimensional]**. Rio De Janeiro (Rj): Zahar, 1982.

MACHADO, P. P.. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 12, n. 22, p. 178–186, jan. 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. Coletânea Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. CFESS, 2009.

NÃO DÊ ESMOLA DÊ OPORTUNIDADE! Disponível em: . Acesso em: 25 nov. 2023.

NETTO. José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço social e sociedade**. São Paulo, n.111, p.413-429. /set.2012.

_____. José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2ªed.- São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

NUNES, M. Serviço Social em contexto. **Política Social e Serviço Social. Trabajo Social Global. Revista de Investigaciones en Intervención Social**, v. 1, n. 1, p. 59–79, 2010.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA-GERAL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei nº 14.489, de 21 de dezembro de 2022**. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público – Lei Padre Júlio Lancelotti. [S. l.], 21 dez. 2022.

PETR ALEKSEEVIČ KROPOTKIN. **A conquista do Pão**. [s.l: s.n.].

RESENDE, A. C. L. DE; MACHADO, C. A. .A. . A fraternidade como antídoto contra a aprofobia. **Sequência (Florianópolis)**, v. 42, n. 88, p. e74086, 2021.

SANTOS, Josiane Soares.” **Questão social**”: Particularidades no Brasil. São PauloCortez, 2012(coleção biblioteca básica do Serviço Social; v.6.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São paulo: Editora Hucitec, 1993.

SILVA, Ney. Estudo de Direito: Coletânea de artigo vol.1. 1ª Ed. São Luiz: NS Editor, 2012.

SILVA, L. F. S. DA. **Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-popula-cao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. ISBN 978-85-7041-787-9.

SOARES, Emerson Mello. **Aporofobia: Considerações jurídicas sobre a aversão aos pobres**. São Paulo: [s. n.], 2022.

SOARES, L.; TRAVASSOS, M. **UMA HISTÓRIA NÃO CONTADA: O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO PARA FLAGELADOS DE 1915 EM FORTALEZA-CEARÁ**. [s.l.: s.n.], 2013.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VENTURA, R. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa. **Revista de Antropologia**, v. 40, n. 1, p. 165–181, 1997.

Você odeia pobre (mas finge que não). Aqui o porquê. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6DO4-mdpJ8A>>.

YASBEK, Maria Carmelita. **O significado Sócio-histórico da profissão**. Coletânea Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. CFESS, 2009

Zorra Total | As dicas da assistente social que ama os pobres | Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2900769/>>.